

ATA N.º 1/2015
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 11 de fevereiro de 2015, pelas 15h30, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Documento 1), presidida pelo Professor Pedro Pais de Vasconcelos e secretariada pela Professora Míriam Afonso Brigas.

Estiveram presentes os Professores Doutores António Menezes Cordeiro, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, Pedro Pais de Vasconcelos, Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Ana Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Duarte Pinheiro como observador, Jorge Reis Novais, Ana Paula Dourado, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Alexandra Leitão e Míriam Afonso Brigas.

O Professor Luís Lima Pinheiro foi substituído pela Professora Elsa Dias de Oliveira. O Professor Fernando Araújo foi substituído pelo Professor José Alberto Vieira. O Professor Jorge Duarte Pinheiro foi substituído pelo Professor Fernando Loureiro Bastos. O Professor Luís Morais justificou o seu impedimento.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve também presente a convite do Presidente do Conselho Científico.

Esteve igualmente presente o Mestre Tiago Antunes, em representação dos Assistentes.

1. Informações

O Presidente do Conselho começou por saudar a presença do novo representante dos Assistentes, o Mestre Tiago Antunes, eleito recentemente, desejando as maiores felicidades para o exercício das suas funções. Mencionou ainda que considera muito importante a presença de um representante dos Assistentes nas reuniões do Conselho Científico.

Apresentou, de seguida, um voto de pesar ao Dr. Miguel Galvão Telles, falecido no dia 23 de janeiro do corrente ano, voto que foi aprovado por unanimidade do Conselho Científico.

O Presidente do Conselho Científico apresentou de imediato um voto de agradecimento à Comissão Permanente do Conselho Científico pela colaboração prestada durante o seu período de internamento hospitalar, agradecendo em especial à Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, pelas tarefas desempenhadas na presidência dos júris de

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

doutoramento ao abrigo de despacho de subdelegação de competências.

O Professor Menezes Cordeiro saudou o Presidente do Conselho Científico, felicitando-o pela sua recuperação, esperando que os tempos vindouros sejam de saúde e de rápido restabelecimento. Associa-se ao voto de pesar ao Dr. Miguel Galvão Telles, mencionando que este docente foi um exemplo de uma geração de grande qualidade científica que acabou por não seguir uma carreira académica. A Professora Maria Luísa Duarte associou-se ao voto de pesar proposto pelo Senhor Presidente do Conselho. Sublinhou que não seria preciso enumerar as excelsas qualidades do Dr. Miguel Galvão Teles como homem do Direito e como Homem. Recordou que surgiram na imprensa vários obituários, unânimes na descrição destas infinitas qualidades, mas permitiu-se citar, em especial, dois: o do Professor Jorge Miranda, publicado no jornal *O Público* e o do Doutor António Araújo publicado no *Observador*. Referiu que não teve o privilégio de ser sua aluna, mas teve a oportunidade de trabalhar com ele no processo Timor-Leste junto do Tribunal de Haia, há vinte anos, e depois disso noutros processos junto do Tribunal de Justiça da União Europeia. Neste contexto, foi testemunha privilegiada da sua excecionalidade como jurista e da sua permanente afabilidade e compreensão na relação com os outros, especialmente os colegas mais jovens. Referiu ainda que o Dr. Miguel Galvão Teles nunca esqueceu a Faculdade, onde se formou e onde ensinou. Nas comemorações do Centenário da Universidade de Lisboa, proferiu na Reitoria, no dia 16 de Fevereiro de 2011, no ciclo “ Universidade de Lisboa: 100 anos, 100 lições”, uma palestra sobre “O caso de Timor-Leste no TIJ”. Recordou, com desgosto, que a Faculdade não tenha prestado a devida homenagem à carreira e à obra do Dr. Miguel Galvão Teles com a atribuição do doutoramento *honoris causa*.

A Professora Maria Fernanda Palma felicitou o Presidente do Conselho Científico pela sua recuperação. Relativamente ao Dr. Miguel Galvão Telles mencionou que o conhecia, quer pelas funções que desempenhou enquanto juíza do Tribunal Constitucional, quer pela atividade académica. Referiu ainda ter conhecimento do falecimento do Dr. Nuno Sá Gomes, endereçando condolências igualmente à sua família. O Professor Duarte Nogueira associou-se ao voto efetuado ao Dr. Miguel Galvão Telles, referindo que no Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas pensa ser o único a ter tido a felicidade de ser aluno do Dr. Galvão Telles na Faculdade, na cadeira de Direito Constitucional. Destaca, a este propósito, o brilhantismo da sua atividade docente e o sentimento de amor filial que nutria pelo Professor Inocêncio Galvão Telles.

O Conselho aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nuno

Sá Gomes.

O Presidente do Conselho referiu-se de seguida, ao doutoramento *honoris causa* que tinha sido atribuído ao Professor Sérvulo Correia pela Universidade Nacional de Capodistriana de Atenas, honra que notabiliza a Faculdade e que muito alegra o Presidente do Conselho Científico.

2. Aprovação da Ata

A ata foi aprovada por unanimidade, não tendo sido recebidos quaisquer comentários.

3. Doutoramentos e Mestrados

3.1. Ponto de situação dos Doutoramentos

O Presidente do Conselho Científico deu a palavra à Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, que referiu ter assumido a presidência das primeiras reuniões de júris de doutoramento, no impedimento do Senhor Presidente do Conselho Científico. Mencionou ter recebido 36 processos de júris de doutoramento, tendo já sido realizadas cinco reuniões pelo Presidente do Conselho Científico. Esclareceu que 9 processos necessitaram ainda de vir ao Conselho Científico para se proceder à respetiva constituição ou para alteração de composição de júris. Foram convocadas e realizadas mais de duas dezenas de reuniões de júris, aproveitando para agradecer a colaboração dos Colegas que se prontificaram para estar presentes, por vezes com um período de convocatória reduzido, tendo colocado estas reuniões como um assunto prioritário. Igualmente agradeceu o contributo dos Colegas que aceitaram a realização de arguições de teses com um volume significativo, com pouco tempo para a sua preparação. Informou ainda o Conselho que tinham sido marcadas 20 provas públicas de defesa de doutoramento até 18 de dezembro de 2015. Aproveitou para destacar o trabalho incansável da Dr.^a Inês Oliveira da Reitoria da Universidade de Lisboa, trabalho sem o qual teria sido impossível a realização das reuniões de júri mencionadas. O voto de louvor foi aprovado por unanimidade do Conselho Científico.

O Professor Menezes Cordeiro mostrou-se satisfeito pela realização das reuniões de júri mencionadas. Salientou, no entanto, que em reunião do Grupo de Ciências Jurídicas foi deliberado o seguinte: a) Congratulação pelos esforços desenvolvidos pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho; b) Diligenciar junto do Diretor no sentido de serem tomadas medidas para que se proceda à realização das reuniões de júri em falta e c) Observar as regras de antiguidade em matéria de impedimento de exercício de funções.

O Presidente do Conselho informou que os poderes que subdelegou na Professora Maria do Rosário Palma Ramalho lhe foram delegados pelo Senhor Reitor e são, por isso, poderes reitorais e não poderes próprios do Presidente do Conselho Científico. Assim, e nos próprios termos do despacho de delegação, podem ser subdelegados em qualquer Professor Catedrático que integre o Conselho Científico ou no Presidente de qualquer dos Grupos Científicos. Tomou a decisão de subdelegar esses poderes na Professora Maria do Rosário Palma Ramalho para concentrar numa única Professora Catedrática e membro do Conselho Científico, as tarefas que convinha que fossem desempenhadas por uma mesma pessoa que pertencesse à Comissão Permanente do Conselho e que estivesse disposta a assumir um tão pesado mandato. Não se colocavam, neste caso, questões de antiguidade em relação a qualquer membro do júri por a Senhora Professora Maria do Rosário Palma Ramalho estar em representação do próprio Senhor Reitor.

O Professor David Duarte agradeceu o trabalho da Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, mencionando que a Escola deve estar grata pelo trabalho desenvolvido por esta Professora, referindo que assim se terá evitado uma situação de verdadeira catástrofe no agendamento das provas de doutoramento.

O Mestre Tiago Antunes agradeceu os votos de boas vindas que lhe tinham sido endereçados pelo Presidente do Conselho Científico, cumprimentando todos os presentes, destacando ser importante para os Assistentes ter um representante no Conselho Científico. Salientou ainda que o tema dos doutoramentos é um assunto relevante para os Assistentes, sendo necessário recuperar os atrasos que tenham ocorrido. Por último, agradeceu o trabalho desenvolvido pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho.

O Presidente do Conselho Científico propôs a aprovação de um voto de louvor à Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, que foi aprovado por unanimidade do Conselho.

3.2. Alteração de Júris de Doutoramento

O Presidente do Conselho Científico deu, de seguida, a palavra à Professora Secretária do Conselho Científico para informar sobre o presente ponto. Foram apresentadas ao Conselho as seguintes alterações de júris:

Alteração da composição do júri de doutoramento do Mestre Luís Cláudio Magalhães Madeira, passando a integrar o júri de doutoramento o Professor André Dias Pereira, em

substituição da Professora Anabela Miranda Rodrigues, nos termos da deliberação da Comissão Permanente, impedida pela assunção de funções ministeriais. O Conselho Científico ratificou a deliberação tomada.

Foi, de seguida, suscitada a alteração da constituição do júri de doutoramento da Mestre Catarina Monteiro Pires, uma vez ter um elemento a mais, de acordo com as indicações da Reitoria. Foi ainda mencionado que neste júri o Presidente é simultaneamente o orientador da tese, tendo a Reitoria dado indicação que esta situação não poderia ocorrer. Em consequência, foi suscitada a questão de a substituição ser efetuada pelo Professor Menezes Cordeiro, membro mais antigo do júri. O Professor Menezes Cordeiro referiu que esta substituição, a ocorrer, devia ser assegurada pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Decano da Faculdade de Direito, no entanto, considera que não deve ocorrer a alteração das regras sempre observadas na Faculdade. Salientou ainda que o novo procedimento que a Reitoria pretende aplicar aos júris já constituídos acaba por ter aplicação retroativa, o que não deve suceder, discordando de qualquer decisão que implique a retirada de elementos dos júris constituídos. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho mencionou que a Reitoria não procederia à marcação das provas dos candidatos em que se verificasse uma coincidência da presidência de júri com as funções de orientador, referindo que esta deveria ser uma orientação que poderia ser ponderada pela Escola. A este respeito o Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou ser importante que a Faculdade mantivesse as regras que sempre tem observado, questionando da necessidade de alteração dos princípios observados. A Professora Maria Fernanda Palma secundou o referido pelo Professor Menezes Cordeiro no que se refere à observância das normas que têm sido adotadas nesta matéria, referindo que caso fosse alterada a Presidência do júri o elemento que preside passaria a supra numerário. Chamou ainda a atenção para a observância nesta matéria das normas aplicáveis aos júris de mestrado. O Presidente do Conselho disse que iria submeter a proposta do júri tal como deliberado e que a matéria seria presente à próxima reunião caso a Reitoria mantivesse a sua orientação.

Foi de seguida referido que igualmente no Júri de doutoramento do Mestre José Nuno Coutinho Lopes Marques Estaca, aprovado no Conselho Científico de 19.11.2014, havia coincidência entre o Presidente do Júri e o orientador da tese, pelo que se colocava a questão suscitada pela Reitoria anteriormente referida. Foi ainda alterada a indicação da designação do Professor Carneiro da Frada, à Universidade Católica do Porto, passando a estar a pertença à Faculdade de Direito da Universidade do Porto no júri em

referência. Também neste caso, como no anterior, foi deliberado divergir da orientação reitoral e manter a composição original do júri. O Presidente do Conselho disse que iria submeter a proposta do júri tal como deliberado e que a matéria seria presente à próxima reunião caso a Reitoria mantivesse a sua orientação.

Foi também alterado o júri de doutoramento do Mestre Rui Manuel Tavares Lanceiro, aprovado no Conselho Científico de 19.11.2014, substituindo o Professor Paulo Otero pelo Professor Blanco de Moraes, nos termos propostos pelo Grupo de Ciências Jurídico-Políticas.

Todas as alterações foram aprovadas por unanimidade do Conselho.

3.3. Constituição de novos Júris de Doutoramento

O Presidente do Conselho deu a palavra ao Professor Miguel Moura e Silva, Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados. O Professor Miguel Moura e Silva apresentou ao Conselho os júris de doutoramento do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas:

1. Mestre Cláudia Sofia Oliveira Dias Monge - Professora Doutora Vera Raposo, Professor Doutor André Gonçalo Dias Pereira, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos, Professor Doutor Januário Costa Gomes, Professora Doutora Maria João Estorninho e Professora Doutora Carla Amado Gomes.
2. Mestre Marcelo Machado Costa Lima - Professor Doutor Vieira de Andrade, Professora Doutora Benedita Urbano, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Paulo Otero, Professor Doutor Januário Costa Gomes, Professor Doutor Melo Alexandrino e Professor Doutor Luís Pereira Coutinho.
3. Mestre Luís André Rodrigues Heleno Terrinha - Professor Doutor Fausto Quadros, Professor Doutor Colaço Antunes, Professor Doutor João Loureiro, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Fernando Araújo, Professor Doutor Vasco Pereira da Silva e Professor Doutor David Duarte.
4. Mestre Carlos Eduardo Behmann Rátis Martins - Professor Doutor Jorge Miranda, Professor Doutor Tiago Duarte, Professora Doutora Anabela Leão, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Pedro Barbas Homem, Professora Doutora Maria João Estorninho e Professora Doutora Carla Amado Gomes.

5. Mestre Júlio Rodrigues Coelho Neto - Professor Doutor Rui Medeiros, Professora Doutora Luísa Neto, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Januário da Costa Gomes, Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes, Professor Doutor Reis Novais e Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito.
6. Mestre João Paulo Fontoura de Medeiros - Professora Doutora Alexandra Aragão, Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, Professora Doutora Carla Amado Gomes, Professora Doutora Rute Saraiva e Professor Doutor João Miranda.
7. Mestre Osvaldo Ferreira Carvalho - Professor Doutor Jorge Miranda, Professor Doutor Pedro Machete, Professora Doutora Luísa Neto, Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos, Professor Doutor Blanco de Moraes, Professor Doutor Jorge Reis Novais e Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos.
8. Mestre Salomão Abdo Aziz Ismail Filho - Professor Doutor Luís Fábrica, Professora Doutora Luísa Neto, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Paulo Otero, Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, Professora Doutora Isabel Banond e Professor Doutor Luís Pereira Coutinho.
9. Mestre Jáira Capristano Soares - Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia, Professora Doutora Cristina Queiroz, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Doutor Paulo Otero, Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes, Professora Doutora Paula Vaz Freire e Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito.

Os júris referidos foram aprovados por unanimidade do Conselho.

O Professor Miguel Moura e Silva referiu-se, de seguida, aos pedidos de prorrogação do prazo de entrega da tese de doutoramento dos seguintes candidatos: Paula de Castro Silveira, Ana Maria Santana e Sant'Anna Vaz, Duarte Alberto Rodrigues Nunes, Maria Mariana de Melo Egídio Pereira, Duarte Manuel Lynce de Faria, Othon Moreno de Medeiros Alves, Lenilma Cristina Sena de Figueiredo Meirelles, João Manuel Gouveia de Caires, Marco Rafael Fernandes Caldeira, Luís Filipe de Melo e Silva, Joana Maria Liberal Lopes Pinto Monteiro, Patrícia do Couto Vilela, Felipe Arady Miranda e António Umberto de Souza Júnior (Documento n.º 2). Os pedidos foram aprovados por unanimidade do Conselho.

Foi admitida a alteração dos títulos das teses de doutoramento de Luís André Rodrigues

Helena Terrinha, Duarte Alberto Rodrigues Nunes, Carlos Eduardo Berhrmann Rátis Martins, João Paulo Fontoura de Medeiros, Osvaldo Ferreira de Carvalho e Felipe Arady Miranda (Documento n.º 3).

Foram admitidos à preparação de doutoramento com dispensa da parte curricular Adilson Dywyná Djabulá, Alcides Gomes e Cláudia Sofia Alves Trindade (Documento n.º 4). Relativamente ao primeiro candidato, o Presidente do Conselho deu a palavra ao Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto da Cooperação, que esclareceu tratar-se de um assistente da Faculdade de Direito de Bissau, tendo concluído a tese de mestrado com 17 valores. Mencionou ainda ser um elemento imprescindível à Faculdade de Direito de Bissau, encontrando-se a frequentar o curso de doutoramento na nossa Escola, na área de Direito Civil. O Professor Menezes Cordeiro mencionou que, em matéria de doutoramento, devemos continuar o nível de exigência, sendo de ter em consideração as palavras proferidas pelo Professor Dário Moura Vicente e o facto de estarmos perante um docente da Faculdade de Direito de Bissau. Dá por isso, todo o apoio à candidatura do aluno em causa. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou, de seguida, que a Professora Carla Amado Gomes, orientadora do candidato, considera que o trabalho apresentado reúne as condições para a elaboração do doutoramento. Esclareceu ainda que foi igualmente considerado o *curriculum* apresentado, que justifica a admissão da sua candidatura.

Relativamente ao candidato Alcides Gomes o Professor Dário Moura Vicente referiu ter sido contactado pelo candidato para ser orientador do doutoramento, subordinado ao tema: “A formação dos contratos no Direito Ohada”. Trata-se igualmente de docente da Faculdade de Direito de Bissau, tendo concluído o mestrado com 17 valores, tendo trabalho académico que o habilita para a realização do doutoramento. Salientou ainda que o Professor Fernando Loureiro Bastos foi orientador de mestrado do candidato e igualmente atesta da qualidade do candidato.

Os pedidos foram aprovados por unanimidade do Conselho.

Foi admitido a doutoramento - candidatura à 2.ª fase do doutoramento - o doutorando com parte curricular concluída, Amaury Silveira Martins (Documento n.º 5). O pedido foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Foi admitido a Programa de Pós-Doutoramento Gina Vidal Marcílio Pompeu, na especialidade de Ciências Jurídico-Económicas (Documento n.º 6). O pedido foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Concluiu o Programa de Pós-Doutoramento Carlos Alberto Corrêa de Almeida Oliveira,

na especialidade de Ciências Histórico-Jurídicas (Documento n.º 7). O Professor Vera-Cruz Pinto informou que as provas deste candidato contaram com a presença do Professor Marco António e da Professora Sílvia Alves, tendo as matérias objeto de apreciação sido do domínio das Ciências Histórico-Jurídicas. A Professora Fernanda Palma alertou para o lapso na documentação relativa a este candidato em que figurava a especialidade de Ciências Jurídico-Criminais. O Professor Vera-Cruz Pinto imediatamente confirmou o lapso ocorrido, informando o Conselho que se procederia à respetiva correção. O pedido foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Concluiu igualmente o Programa de Pós Doutoramento João Lúcio Tomé Feteira Dias Santos, na especialidade de Ciências Jurídico-Económicas (Documento n.º 8). O pedido foi aprovado por unanimidade do Conselho.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho referiu-se, de seguida, a um pedido formulado por um aluno brasileiro, Gilberto Cavalcante, no sentido de ser admitido à preparação de doutoramento em regime de cotutela. Mencionou existir um convénio entre a Universidade de Lisboa e a Universidade de São Paulo (USP), sendo necessário um termo de compromisso para cada doutoramento realizado, bem como a chancela do Conselho Científico. Referiu, de seguida, que o candidato Gilberto Cavalcanti tem mestrado pela USP, tendo solicitado a sua orientação. A Professora Rosário Ramalho mencionou ainda tratar-se de uma área a desbravar e com potencial. O Conselho deferiu a pretensão do candidato, designando a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho coorientadora, após o que será observado o estabelecido no convénio existente, em matéria de termo de compromisso.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou que desde que o professor orientador considere que o candidato reúne condições para ser orientado, o Conselho Científico deve dar parecer positivo a essa orientação. O Professor Romano Martinez aproveitou para felicitar o Presidente do Conselho pela sua recuperação, mencionando ter conhecimento de situações em que docentes da Faculdade de Direito prestaram a sua colaboração em coorientações como as mencionadas pela Professora Rosário Ramalho. O Professor Vasco Pereira da Silva esclareceu ter conhecimento de situações como as descritas, destacando a orientação assumida pela Professora Maria João Estorninho, coorientadora da Dr^a Aline Maria Dias Bastos, no Doutoramento em cotutela com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sobre o tema «Regime disciplinar do servidor público temporário» e cujas provas terão lugar na USP.

3.4. Júris de Mestrado

O Professor Miguel Moura e Silva apresentou o júri de mestrado científico em Economia e Análise Económica do Direito de Miguel Jorge da Silva (Documento n.º 9). O júri foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Foram igualmente apresentados os júris de mestrado em Ciências Jurídicas – área Jurídico-Criminais (Documento n.º 10), os quais foram aprovados por unanimidade.

Foi apresentada ao Conselho a alteração da constituição do júri de mestrado científico em Ciências Jurídicas de Tiago Correia Moreira (Documento n.º 11). A alteração foi aprovada por unanimidade do Conselho.

Foi apresentada ao Conselho a listagem das candidaturas à 2.ª fase do mestrado, mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo de 2013-2014 (Documento n.º 12). A listagem foi aprovada por unanimidade do Conselho.

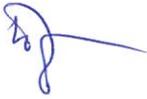
Foram ainda apresentados os pedidos de alteração de tema de dissertação de mestrado e os pedidos de alteração de orientador de mestrado (Documento n.º 13). Foram aprovados por unanimidade do Conselho.

4. Pessoal

Foi aprovado no Conselho a passagem da Doutora Isabel Alexandra Botelho Vieira Borgesa Professora Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídicas, tendo a discussão pública de doutoramento tido lugar a 22.01.2015, com a classificação de 17 valores. O Presidente do Conselho Científico congratulou-se pela existência de mais um Doutor na Faculdade. Depois de lidos os pareceres favoráveis dos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo foi nomeada definitivamente a Professora Auxiliar Paula Rosado Pereira, do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas. O júri em causa foi designado em sessão do Conselho Científico de 22.10.2014.

Foram, de seguida, designados os júris de apreciação do *curriculum vitae* e Relatório das Atividades Académicas e Científicas e de outras atividades relevantes para a missão da Universidade, relativos ao período experimental dos Professores Auxiliares Alexandra Leitão, do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, Rute Saraiva, do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas e Pedro Caridade de Freitas, do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas. Para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas foram designados os Professores Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Otero, para o Grupo de Ciências Jurídico-Económicas os Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo e para o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas os Professores Duarte Nogueira e Pedro Barbas Homem.

O Conselho Científico não se opõe ao pedido de acumulação de funções da Professora




Maria do Rosário Palma Ramalho, Professora Catedrática em regime de tempo integral, que vai acumular funções docentes com a Universidade Lusíada no 2.º semestre do ano letivo de 2014-2015, com a carga horária de 2 horas semanais, às 3.ªs e 5.ªs feiras das 12.00h às 13.00h. De referir que a competência para a matéria da acumulação é do Diretor, nos termos do despacho de delegação de competências do Reitor da Universidade de Lisboa. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho esteve ausente durante a discussão deste ponto da sessão.

O Conselho Científico não se opõe ao pedido de acumulação de funções do Professor Auxiliar Miguel Moura e Silva com as funções de Diretor da Unidade Especial de Avaliação de Políticas Públicas na Autoridade da Concorrência, uma vez preenchidos os requisitos mencionados na Informação recebida dos Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O Conselho não se opõe igualmente à passagem deste docente a Professor Auxiliar Convidado a 50%, em virtude do disposto nos Estatutos da Autoridade da Concorrência. Os efeitos do solicitado são reportados a 1 de setembro de 2014, conforme solicitado pelo docente. O Professor Miguel Moura e Silva esteve ausente durante a discussão deste ponto da sessão.

Foi aprovado por unanimidade o pedido de dispensa a tempo parcial do Diretor ao abrigo do disposto no artigo 18.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa, lecionando 4 horas semanais por semestre.

Foi aprovado por unanimidade o pedido de prorrogação de contrato até à discussão das provas públicas de doutoramento da Mestre Ana Catarina Sá Gomes Melo Matos Salgado. De salientar que a requerente se encontra a prestar funções em Moçambique, ao abrigo do Protocolo de Cooperação entre a FDL e a UNIZAMBEZE, desde 1 de fevereiro de 2010. O solicitado pela requerente tem enquadramento nos termos do disposto no artigo 10.º n.º 3, alínea d) do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto. O Professor Dário Moura Vicente mencionou que a docente tem desempenhado um papel de grande qualidade em Moçambique, solicitando igualmente a aprovação no Conselho da continuidade de funções da docente, cujo contrato tinha o seu *terminus* a 31 de janeiro de 2015. O Professor Menezes Cordeiro sufragou a proposta do Professor Dário Moura Vicente. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho mencionou que a prorrogação apenas devia ocorrer até à discussão das provas públicas de doutoramento. O contrato da docente foi prorrogado até à discussão das provas públicas de doutoramento, deliberação aprovada por unanimidade do Conselho.

Foi aprovado o pedido de prorrogação de contrato do Mestre Nuno Pizarra até

31.07.2015, bem como a prorrogação do respetivo contrato a partir de 1.08.2015, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 245/86, de 21 de agosto, nos termos do disposto no artigo 10.º n.º 3, alínea e) do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, em articulação com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/86, visto o docente ter tido duas recusas de dispensas de serviço e portanto, ter direito ao gozo efetivo das mesmas, no *terminus* do contrato. O Professor Romano Martinez, orientador de doutoramento do docente, esclareceu o Conselho do desenvolvimento dos trabalhos. Neste ponto o Professor Menezes Cordeiro referiu ser crítico relativamente aos prazos fixos que existem para a elaboração das teses de doutoramento, aspeto que por vezes é prejudicial à sua realização. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho salientou a existência de prazos para a realização de todas as dissertações que os académicos têm de produzir. Esclareceu ainda o Conselho que os docentes de carreira têm a possibilidade de ver os contratos prorrogados ao abrigo de legislação específica aplicável, no entanto, a prorrogação destes contratos não implica um direito à contratação. A Professora Maria Luísa Duarte mencionou que é importante que o Conselho pondere os critérios que devem ser observados para a concessão das respetivas licenças/dispensas. O Professor David Duarte mencionou acompanhar a Professora Maria Luísa Duarte.

Foi aprovado o pedido de prorrogação de contrato do Mestre José Miguel de Faria Alves de Brito, cujo contrato termina a 31.05.2015 para 14.09.2015. Mais informa que já acordou com o seu orientador, Professor Romano Martinez, a prestação de serviço docente que lhe venha a ser solicitado durante o período da época de exames e orais do final do ano letivo de 2014/2015. O solicitado tem enquadramento nos termos do disposto no artigo 10.º n.º 3, alínea e) do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto.

Foi aprovado o pedido de prorrogação do contrato por dois anos da Mestre Susana Godinho Faria Maltez ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/86, de 21 de agosto, com contrato até 26.07.2015. A docente teve duas recusas de dispensa de serviço e tem direito a gozar no final do contrato, do período equivalente às recusas.

5. Distribuição de Serviço.

5.1. Retificação da distribuição de serviço docente do 1.º semestre.

5.2. Alterações no 2.º semestre.

5.3. Orientações e critérios para o próximo ano letivo (concessão de sabáticas, dispensas de serviço e renovação de contratos de assistentes convidados)

Este ponto não foi objeto de apreciação na sessão de dia 11.02.2015.

6. Regulamento de Avaliação (constituição da comissão de apreciação da proposta de revisão)

Este ponto não foi objeto de apreciação na sessão de dia 11.02.2015.

7. Instituto de Direito Brasileiro (Presidente)

Passou-se de seguida, à discussão do ponto relativo ao Instituto de Direito Brasileiro, tendo o Presidente do Conselho perguntado ao Professor Vera-Cruz Pinto se estava disponível para presidir àquele Instituto, aceitando, contudo, o programa já aprovado pelo Professor Fernando Araújo. O Professor Romano Martinez solicitou explicações quanto às razões da demissão do Professor Fernando Araújo. O Presidente do Conselho referiu que pediu explicações ao Professor Fernando Araújo mas que este Professor não o quis fazer, nem veio ao Conselho Científico dar explicações. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho mencionou que a Faculdade e o Instituto de Direito Brasileiro não podem ficar paralisados por causa do descrito. O Professor Menezes Cordeiro solicitou igualmente explicações para a saída do Professor Fernando Araújo. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa perguntou se alguém da comissão ficou em funções. O Professor Vasco Pereira da Silva defendeu a separação do plano pessoal do institucional e neste último plano a situação não pode manter-se porque o Instituto de Direito Brasileiro está sem direção porque os restantes membros da direção eram escolhas pessoais do Professor Fernando Araújo. O Professor Paz Ferreira referiu que ignora o que se passa com o Instituto de Direito Brasileiro, mas considera indispensável que se proceda à atuação necessária, apoiando o Professor Vera-Cruz Pinto na sua candidatura. O Professor Menezes Cordeiro referiu que existiu uma deliberação no Grupo de Ciências Jurídicas no sentido de se proceder à designação de um elemento para o Instituto de Direito Brasileiro. O Professor Duarte Nogueira afirmou que considera não ser reversível a decisão do Professor Fernando Araújo.

O Presidente do Conselho apresentou um voto de louvor ao Professor Fernando Araújo, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete abstenções. Procedeu-se, de seguida, à votação do novo Presidente do Instituto de Direito Brasileiro, tendo sido apurados os seguintes resultados:

Professor Vera-Cruz Pinto – 20 votos

Professor Fernando Araújo – 1 voto

Professora Paula Costa e Silva – 1 voto



Foi designado o Professor Vera-Cruz Pinto Presidente do Instituto de Direito Brasileiro. Procedeu-se de seguida, à apreciação do pedido de licença sabática nos termos do n.º 5 do artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária para o 2.º semestre do ano letivo de 2014/2015 apresentado pelo Professor José Luís Bonifácio Ramos. De referir que o docente justifica o pedido na sequência da licença que lhe foi concedida para o primeiro semestre do ano letivo de 2014/2015 para a elaboração de monografia sobre os Direitos Reais Administrativos. Mais informa ter desempenhado em anos letivos anteriores funções docentes com excesso de carga letiva ou em substituição de outros colegas, situação para que igualmente se disponibiliza no próximo ano letivo. O pedido foi sujeito a votação, tendo sido apurados os seguintes resultados:

Abstenções: 1

Votos favoráveis: 8

Votos contrários: 8

Foi sugerido que o Presidente do Conselho exercesse, de acordo com a tradição académica, o chamado “voto de Minerva” procedendo ao desempate da votação. O Presidente anuiu em votar o desempate a favor do requerido pelo Professor Bonifácio Ramos mantendo o sentido de voto que havia já exercido.

O Professor David Duarte usou então da palavra para objetar à admissibilidade, neste caso, no “voto de Minerva”, que não seria permitido em votações secretas, como esta.

O Presidente deu então por interrompida a sessão, para continuar na quarta-feira seguinte, respondendo ao Professor David Duarte que a questão seria então resolvida, na continuação da sessão.

Os pontos 8, 9, 10, 11 e 12 não foram objeto de apreciação na sessão de 11.02.2015.

A reunião foi interrompida pelo Presidente do Conselho Científico pelas 17,30, sendo continuada no dia 18 de Fevereiro de 2015.

No dia 18 de fevereiro de 2015, pelas 15h30, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos em anexo, presidida pelo Professor Pedro Pais de Vasconcelos e secretariada pela Professora Míriam Afonso Brigas.

Estiveram presentes os Professores Doutores António Menezes Cordeiro, Eduardo Paz Ferreira, Maria Fernanda Palma, Luís Lima Pinheiro, Pedro Pais de Vasconcelos que presidiu, Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho,

Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Duarte Pinheiro como observador, Jorge Reis Novais, Ana Paula Dourado, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Alexandra Leitão e Míriam Afonso Brigas.

O Professor Pedro Barbas Homem foi substituído pelo Professor Pedro Caridade de Freitas. O Professor Luís Morais foi substituído pela Professora Sílvia Alves. Quando ocorreu a entrada na reunião do Professor Luís Morais, a Professora Sílvia Alves passou a substituir o Professor Duarte Nogueira, que se ausentou da mesma. O Professor Pedro Romano Martinez foi substituído pela Professora Margarida da Silva Pereira. A Professora Paula Costa e Silva justificou a sua ausência, tendo sido substituída pelo Professor Pedro Albuquerque.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve também presente a convite do Presidente do Conselho Científico.

O Mestre Tiago Antunes esteve também presente enquanto representante dos Assistentes.

O Presidente do Conselho Científico iniciou a sessão, começando por esclarecer o Conselho que o seu filho, Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos, se encontrava no Conselho exclusivamente para o ajudar dadas as suas dificuldades de locomoção, sem participar no Conselho.

Foram retomados os pontos da Ordem de Trabalhos que não tinham sido apreciados na sessão de 11 de Fevereiro de 2015.

5. Distribuição de Serviço

5.1. Retificação da distribuição de serviço docente do 1.º semestre.

O Presidente do Conselho deu a palavra à Professora Secretária para informar o Conselho das alterações à distribuição de serviço docente, tendo sido referido que o Presidente do Conselho tinha recebido indicação que na cadeira de Direito dos Contratos- Turno da Noite, teria ocorrido a substituição da Mestre Joana Pereira Dias pelo Dr. João Lemos Esteves. O Professor Menezes Cordeiro mencionou desconhecer, por completo, a alteração mencionada, que não lhe tinha sido indicada.

5.2. Alterações no 2.º semestre

Foi, de seguida, feita referência, pelo Professor Duarte Nogueira, à situação ocorrida no Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, nomeadamente na cadeira de História do Pensamento Jurídico, Turma B/Dia, em que a cadeira foi suprimida das cadeiras



optativas que os alunos podiam frequentar no 2.º ano da Licenciatura. Foi também mencionada a situação ocorrida na cadeira de História do Pensamento Jurídico, 2.º ano, noite e na disciplina de História das Ideias Políticas nos cursos de mestrado e de doutoramento. As situações descritas constam do Documento n.º 14. O Conselho tomou conhecimento do mencionado.

O Professor Lima Pinheiro mencionou que as alterações ocorridas em matéria de inscrição pelos alunos nas cadeiras optativas podem ter influenciado as situações descritas. Referiu ainda o facto de este ano, diferentemente do que sucedeu nos anos anteriores, os alunos não terem tido a possibilidade de alterar a escolha das disciplinas optativas do 2.º semestre no intervalo entre os dois semestres. Mencionou que esta possibilidade lhe parece inteiramente justificada, porque frequentemente os alunos só tomam contacto com determinadas matérias no 1.º semestre. Pediu, em consequência, ao Senhor Presidente do Conselho Científico que empenhasse os seus bons ofícios junto do senhor Diretor no sentido de serem despachados favoravelmente os requerimentos dos alunos que solicitaram a alteração das suas opções, pelo menos quando tal não implicasse alterações na distribuição do serviço docente. Os Professores Fernando Araújo e Vasco Pereira da Silva secundaram o mencionado pelo Professor Lima Pinheiro. O Professor David Duarte alertou para os efeitos desta alteração na gestão da Escola. A Professora Maria Rosário Palma Ramalho mencionou que o Conselho Científico não tinha competência nas matérias em discussão, não acompanhando as soluções que reduzam as opções dos alunos em termos de escolha de cadeiras a frequentar. Recordou, a este propósito, que o curso como está estruturado é atualmente composto por oito semestres e não por quatro anos, devendo a Escola adaptar-se a esta estruturação.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa referiu que a matéria em discussão justifica uma articulação entre o Diretor e o Presidente do Conselho Científico, tendo em vista as situações que carecem de solução e a adequada preparação do novo ano letivo. A existência de uma prévia exposição pelo Diretor dos princípios e orientações a adotar auxiliariam a tarefa. Neste aspeto, o Professor David Duarte recordou que o Diretor já enviara documentação dando conhecimento dos elementos agora mencionados pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

O Professor Vasco Pereira da Silva mencionou ainda que na disciplina de Direito da União Europeia, Turma B, sob a regência da Professora Maria Luísa Duarte, a Mestre Ana Soares Pinto tinha sido substituída pelo Professor Lourenço Vilhena de Freitas.

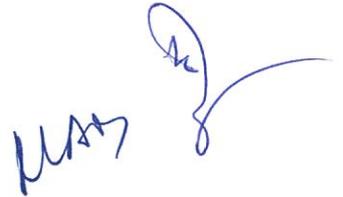
As alterações foram aprovadas por unanimidade do Conselho Científico.

5.3. Orientações e critérios para o próximo ano letivo (concessão de sabáticas, dispensas de serviço e renovações de contratos de assistentes convidados)

Foi circulado pelos Membros do Conselho listagens relativas aos pedidos de sabáticas, situação de renovação de contratos de assistentes convidados e assistentes de carreira. O Presidente do Conselho fez também referência à documentação enviada pelo Diretor para efeitos de preparação do próximo ano letivo.

Foi de seguida referido pelo Presidente do Conselho que o Professor José Luís Bonifácio Ramos tinha retirado o seu pedido de licença ao abrigo do artigo 77.º n.º 5 do ECDU, tendo solicitado a leitura na reunião do Conselho do *email* dirigido ao Presidente do Conselho Científico. O Presidente deu a palavra à Professora Secretária que leu o mesmo, o qual consta como Documento n.º 15 anexo à presente Ata.

A Professora Maria Luísa Duarte mencionou que não se recorda de o Conselho Científico, Órgão que integra desde 1997, ter alguma vez concedido uma licença sabática ao abrigo do normativo invocado pelo Professor José Luís Bonifácio Ramos, considerando que se trata de uma norma excecional, face às demais disposições do artigo 77.º. O Professor Menezes Cordeiro mencionou que da leitura que efetua do artigo 77.º n.º 5 não retira a sua excecionalidade, ao contrário do afirmado por outros Colegas, tratando-se de disposição que permite que os docentes, mediante a observância de um conjunto de princípios, possam obter licença para a elaboração de trabalhos de investigação, como é a situação do Professor José Luís Bonifácio Ramos. O Presidente do Conselho referiu que o Professor José Luís Bonifácio Ramos lhe tinha referido a solicitação em análise, não tendo a mesma vindo ao Conselho mais cedo, devido à impossibilidade por doença do Presidente do Conselho. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou que o Conselho apenas apreciou o requerimento apresentado como sempre sucede com qualquer docente da Escola, não havendo qualquer intuito persecutório contra ao docente. A Professora Maria Luísa Duarte mencionou que considera importante a definição de critérios objetivos que permitam a ponderação do solicitado pelo docente, inexistindo um precedente nesta matéria. O Professor Paz Ferreira referiu que havendo um parecer positivo do Decano do Grupo de Ciências Jurídicas, o solicitado deve ser considerado fundamentado. O Professor Fernando Araújo referiu não se recordar da atribuição das licenças em referência. O Professor Menezes Cordeiro esclareceu o Conselho que se recorda da atribuição de licenças ao abrigo do artigo 77.º n.º 5 do ECDU, no que foi acompanhado pelo Professor Pedro Albuquerque, que disse, ele próprio, ter beneficiado da concessão duma licença nessas condições. O Professor Reis Novais



secundou a proposta da Professora Maria Luísa Duarte, referindo que não está em causa a concessão concreta da licença neste caso particular, mas sim a necessidade de, previamente, o Conselho regular os requisitos para a concessão deste tipo excepcional de licenças sabáticas, concretizando, de forma geral e abstrata, os critérios que devem ser preenchidos. Sem o estabelecimento desses critérios, e dado que não é possível conceder sabáticas a todos os professores com trabalhos de investigação em curso ou em projeto muito dificilmente realizáveis em regime normal de docência, abre-se a porta a desigualdade de tratamento ou até a eventual arbítrio.

6. Regulamento de Avaliação (constituição da comissão de apreciação da proposta de revisão)

O Presidente do Conselho referiu-se, de seguida, à Comissão designada pela Comissão Permanente, tendo em vista a apreciação das alterações ao Regulamento de Avaliação: pelo Grupo de Ciências Jurídicas, o Professor Pedro Madeira de Brito, pelo Grupo de Ciências Jurídico-Políticas o Professor Miguel Assis Raimundo, pelo Grupo de Ciências Jurídico-Económicas o Professor Nuno Cunha Rodrigues e pelo Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas o Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto. O Professor Menezes Cordeiro considerou ser uma matéria essencial para a Escola, não tendo havido uma audição prévia do Grupo de Ciências Jurídicas, o que deverá ocorrer. Considera, por isso, que as propostas apresentadas deverão ser levadas aos Grupos para apreciação. Salientou ainda que não teve indicação da Comissão Permanente quanto à designação do representante do Grupo de Ciências Jurídicas. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho mencionou que a designação da Comissão pelo Presidente do Conselho destina-se a operacionalizar o solicitado pelo Presidente do Conselho Pedagógico, Professor Rui Pinto, tendo sido este o sentido da designação efetuada pela Comissão Permanente.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou que a designação de membros de cada Grupo Científico apenas atribui funções de mediação, uma vez que o representante do Grupo fará a articulação com o Grupo respetivo.

O Professor Vera-Cruz Pinto salientou ser esta matéria de extrema relevância para a vida da Escola, mencionando conhecer as vicissitudes inerentes ao funcionamento do Regulamento de Avaliação, sendo necessário que a Comissão designada tenha capacidade criativa para analisar as alterações apresentadas ao Conselho Científico pelo Conselho Pedagógico. Neste sentido, é importante que seja esclarecido o âmbito do

mandato da Comissão. Importa igualmente que cada representante dos Grupos seja capaz de efetuar a articulação com os mesmos, tendo em vista a obtenção da melhor solução para a vida da Escola. A Professora Maria Fernanda Palma referiu nada ter contra os nomes apresentados, considera, no entanto, que as pessoas encarregues da tarefa deverão ter conhecimento dos problemas de avaliação, devendo cada Grupo ter intervenção direta nos trabalhos que venham a ser desenvolvidos. Considera ainda que é essencial que o Conselho Científico efetue uma reunião sobre o tema específico do Regulamento de Avaliação, devendo a comissão designada trazer ao Conselho uma proposta de parecer para apreciação no Conselho. O Professor Lima Pinheiro mencionou que seria útil a existência de uma reunião específica no Conselho para abordar esta temática.

O Professor Paz Ferreira sugeriu que a comissão fosse designada aguardando-se a designação proposta pelo Grupo de Ciências Jurídicas, nos termos mencionados pelo Professor Menezes Cordeiro. O Presidente do Conselho acompanhou a proposta apresentada, a qual foi aprovada no Conselho Científico.

8. Comissão de Estudos Pós-Graduados (Coordenador)

O Presidente do Conselho Científico referiu que o atual Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados não podia continuar no exercício destas funções, por exercer funções dirigentes na Autoridade da Concorrência, tendo de passar a Professor Auxiliar Convidado, regime que é incompatível com o exercício das funções de Coordenador da Comissão de Estudos Pós-Graduados. Aproveitou ainda para agradecer ao Professor Miguel Moura e Silva o trabalho desenvolvido, nomeadamente no que se refere ao processo de acreditação. O Presidente do Conselho deu a palavra ao Professor Miguel Moura e Silva, que agradeceu aos Colegas que integraram a Comissão de Estudos Pós-Graduados, Professora Elsa Dias de Oliveira, Professor Pedro Caridade de Freitas, Professora Rute Saraiva e Professor Alexandre de Sousa Pinheiro. Agradeceu também aos Professores Decanos dos Grupos Científicos e ao Presidente do Conselho Científico. O Professor Vera-Cruz Pinto propôs um voto de louvor ao Professor Miguel Moura e Silva pelo trabalho desempenhado, no que foi acompanhado pelo Presidente do Conselho Científico.

O Presidente do Conselho indagou, de seguida, da existência de candidatos a Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados, tendo o Professor David Duarte mencionado que o Professor Fernando Loureiro Bastos já tinha apresentado a sua candidatura. O



Professor Menezes Cordeiro apoiou o voto de louvor aprovado ao Professor Miguel Moura e Silva, mas considerou que a atividade na Comissão de Estudos Pós-Graduados não correu da melhor maneira, já que vários cursos de mestrado não foram acreditados. Destacou ainda que considera não ser adequado que o titular do cargo deixe de exercer funções a meio do mandato, sendo desejável que continuasse em gestão corrente até ao final do mandato. Referiu ainda que lamenta não ter havido, no interior de cada Grupo, a ponderação do candidato mais adequado para o lugar. Destacou, no entanto, que estas observações não significam que o Professor Fernando Loureiro Bastos não seja o elemento mais adequado, mas que deve existir uma escolha ponderada dos Grupos.

O Professor Miguel Moura e Silva mencionou que o processo de acreditação se encontra a decorrer, tendo sido desenvolvidos todos os procedimentos necessários para a sua tramitação, sendo este o objetivo a que se vinculou no início do seu mandato. A acreditação depende agora do funcionamento da Agência competente, não sendo controlável pela Escola. Salientou ainda as dificuldades geradas por alguns mestrados, o que resulta da articulação com várias entidades, o que dificulta os próprios processos. Relativamente à sua continuidade nas funções de Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados mencionou que se encontra legalmente impedido de o efetuar, já que terá de passar a professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial, o que não é compatível com esta função.

A Professora Maria do Rosário da Palma Ramalho reiterou o voto de louvor ao Professor Miguel Moura e Silva, mencionando que reconhece que muitos elementos não dependem da Escola, esperando que o processo de acreditação não nos surpreenda quanto aos seus resultados. Manifestou ainda que lamenta a não continuidade de funções do Professor Miguel Moura e Silva mas compreende as limitações legais a que se encontra sujeito. Destaca, no entanto, a necessidade de esta matéria não ser mais adiada. Mencionou igualmente que não gosta de se referir a matérias em que já desempenhou funções, mas reconhece a pertinência das mesmas. Relativamente ao processo de acreditação referiu ainda que a fase das candidaturas é o momento mais complicado do processo, a que acresce o facto de nos encontrarmos a implementar um novo modelo. No que se refere às características do titular desta função considera importante que esta tarefa seja assumida por um Professor Catedrático, tendo em consideração as matérias com que se relaciona diretamente.

O Professor David Duarte concordou com o referido pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, discordando do que foi mencionado relativamente à necessidade de ser

MAN



um catedrático a assumir estas funções, invocando para o efeito os seguintes fundamentos: a) o facto de este cargo ter sido eficazmente desempenhado por um Professor Auxiliar, b) nada na lei obrigar a que seja um Professor Catedrático a desempenhar as funções em causa e c) o conteúdo funcional das funções de Coordenador dos Estudos Pós-Graduados não exigir que as mesmas sejam desempenhadas por um Professor Catedrático.

O Presidente do Conselho concordou com o mencionado pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, nomeadamente porque os professores catedráticos já não estão sujeitos a provas académicas, o que lhes confere uma autoridade superior.

O Professor Duarte Nogueira associou-se ao mencionado pela Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, não concordando com os argumentos invocados pelo Professor David Duarte, no que se refere à necessidade de ser um Professor Catedrático a assumir estas funções. A Professora Maria Fernanda Palma lamenta a saída do Professor Miguel Moura e Silva, salientando o facto de a equipa que integrava a Comissão de Estudos Pós-Graduados poder continuar a exercer estas funções, nomeadamente o membro mais antigo em funções. O Presidente do Conselho indagou acerca da antiguidade dos membros da Comissão, tendo sido referido pelo Professor Pedro Caridade de Freitas, elemento presente em substituição do Professor Pedro Barbas Homem, que era o membro com mais antiguidade da Comissão.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa interveio na sessão, cumprimentando em especial, o Presidente do Conselho, pela sua recuperação evidente que muito aprecia. Referiu-se, de seguida, ao período difícil que a Escola tem atravessado, com um número significativo de teses de doutoramento e a necessidade de cumprimento de prazos com o processo de acreditação. Mencionou ainda a dificuldade inerente à constituição de júris de mestrado e de doutoramento, o que implicou um trabalho adicional para os docentes da Faculdade. Neste sentido, as funções desempenhadas pelo Professor Miguel Moura e Silva foram mais difíceis, o que deve ser evidenciado. Considera, no entanto, que o saldo é positivo. Referiu, de seguida, que a Faculdade tem de se adequar às exigências atuais, senão perderá importância, aspeto a que gostava que fosse dada a devida relevância. Igualmente importante é o facto de a Reitoria ter sido sensível às preocupações da nossa Escola, mas não sabemos até quando este comportamento se irá manter. Relativamente à designação de um novo Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados considera que tem de haver uma substituição, sendo que quem venha a exercer funções o fará por um período reduzido de tempo, devendo esta designação ser agendada para a próxima



sessão do Conselho em março. O Presidente do Conselho acompanhou a posição apresentada pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa. O Professor David Duarte recordou a candidatura do Professor Fernando Loureiro Bastos, que irá apoiar, salientando a urgência da designação do Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa mencionou que seria importante ouvir da parte do candidato existente o respetivo programa, o que não pode suceder sem a sua intervenção no Conselho. O Professor Duarte Nogueira questionou se não era desejável que o candidato fosse alguém do Conselho. O Professor Paz Ferreira mencionou compreender a situação do Professor Miguel Moura e Silva, lamentando que não possa continuar no exercício de funções.

O Professor Pedro Caridade de Freitas manifestou a sua disponibilidade para exercer funções na Comissão, até à designação do novo titular na sessão do Conselho do mês de março. O Presidente do Conselho agradeceu a disponibilidade manifestada, agendando para a próxima sessão a designação do Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

9. Cerimónia de imposição de insígnias aos novos Doutores.

O Presidente do Conselho fez referência à sua experiência quando se doutorou e à importância da imposição de insígnias, mencionando que tinha indagado da disponibilidade do Reitor da Universidade de Lisboa para efetuar esta imposição aos doutorados da nossa Faculdade. A Professora Maria Luísa Duarte indagou do lugar da cerimónia de imposição de insígnias, tendo o Presidente do Conselho mencionado que tal dependeria do número de doutorados a receber esta distinção. O Professor David Duarte mencionou que, considerando a matéria em causa, este assunto devia ser articulado com o Diretor da Escola, ao que o Presidente do Conselho anuiu.

10. Cooperação

O Presidente do Conselho deu a palavra ao Presidente do Instituto da Cooperação, Professor Dário Moura Vicente.

O Professor Dário Moura Vicente saudou todos os Membros do Conselho, fazendo referência aos vários elementos circulados nos quais se fazia menção às atividades de cooperação a desenvolver no ano de 2015. Neste sentido, foi referida a cooperação existente com a Índia, destacando nomeadamente a VIII edição do Curso de Pós-Graduação entre V. M. Salgãocar College of Law, de Panjim, Goa, e a Faculdade de Direito

MAS

da Universidade de Lisboa. Foi assim, mencionada a presença da Professora Sílvia Alves e do Professor Jorge Duarte Pinheiro, bem como do Professor Luís Morais. Está prevista igualmente a presença do Professor Fausto Quadros, no âmbito das matérias relativas a Integração Europeia, Globalização e Direitos Fundamentais. Foi ainda mencionada a celebração de um Protocolo de Cooperação com Nova Deli, tendo em vista estender à capital do país o curso que tem vindo a ser realizado com sucesso.

Foi, de seguida, feita referência à cooperação com Timor Leste e à existência de um novo curso de mestrado, no âmbito do II Mestrado em Direito na Universidade Nacional de Timor-Leste, com a participação da Professora Elsa Dias de Oliveira, que assumirá em Abril a regência de Direito dos Contratos e do Professor Jaime Valle, que assumirá a regência de Direito Administrativo.

Foi também mencionado o Protocolo firmado com a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros de Timor-Leste e a participação em Conferência Internacional a decorrer em Dili, entre 17 e 19 de Fevereiro, sobre o tema “A Política Jurídica Nacional – Que Rumos a tomar”, com a existência de delegação da Escola com vários docentes. Igualmente terá lugar a Formação Avançada em Logística, em Abril, com a participação do Professor David Duarte e do Professor Alexandre de Sousa Pinheiro.

Os documentos mencionados serão anexos à ata como Documentos n.ºs 16,17, 18 e 19.

O Presidente do Conselho felicitou o Presidente da Cooperação pelas propostas apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade do Conselho.

11. Relações Internacionais

O Presidente do Conselho deu a palavra ao Professor Vasco Pereira da Silva, para apresentar este ponto. O Professor Vasco Pereira da Silva fez referência aos seguintes cursos intensivos, relativos ao segundo semestre do ano letivo de 2014/2015:

1. *Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia*, com o **Professor Jaap de Zwaan (Erasmus University Rotterdam)**, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 23 a 26 de fevereiro de 2015.
2. *Direito Comportamental e Economia*, 2.^a edição, com a **Professora Rute Saraiva**, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 2 a 5 de março de 2015.
3. *História da Teoria do Crime: da formação da Dogmática ao Direito Constitucional Penal*, com o Professor Cláudio Brandão, da Universidade



Federal de Pernambuco, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 9 a 13 de março de 2015.

4. *Direito Processual Civil Europeu*, com o Professor Steffen Pabst, da Universidade de Leipzig, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 9 a 13 de março.
5. *Direito da Concorrência Europeu, A Lei da Estrutura do Mercado, 2.ª edição*, com o Professor Bernd Oppermann, da Leibniz Universitaet Hannover, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 16 a 20 de março.

O Professor Vasco Pereira da Silva referiu-se, de seguida, à apresentação de candidaturas pelo Gabinete a 2 projetos de cooperação internacional, a saber: para a continuação do Mestrado *Erasmus Mundus*, com as Faculdades de Direito das Universidades de Hannover, Rouen e Vilnius, coordenado pela Faculdade de Direito; para uma Aliança para o Conhecimento (Erasmus Plus International Knowledge Alliance on Judicial Practice and Justice System Management), que associa Universidades europeias (Granada, Roma / Sapienza, Cergy-Pontoise), com Universidades brasileiras (Católica de Brasília, Instituto Brasiliense de Direito Público, PUC do Rio Grande do Sul, Federal do Maranhão, Faculdade de Damas/Recife), outras instituições ligadas à prática judiciária (Centro de Estudos Judiciários, escritórios de advogados, Associação de Solicitadores), coordenada pela Faculdade de Direito, para estudar em conjunto as questões da prática judiciária e da gestão dos tribunais, juntando professores universitários e práticos do direito, versando sobre todas as jurisdições e numa lógica transversal (nacional, federal, europeia e internacional). Foi ainda mencionada a participação, em representação da Faculdade de Direito, no Congresso Internacional «Perspectivas Nacionales e Supranacionales de Derecho Constitucional en el Contexto de la Globalización», onde o Professor Vasco Pereira da Silva efetuou uma conferência, organizado pelas Universidades de Catania, de Granada e pela Fundação Peter Häberle. Este Congresso integra-se nas atividades de um grupo internacional de pesquisa (Europolis), a nível europeu, de que a nossa Escola é membro fundador.

O Professor David Duarte solicitou informação sobre os pontos em discussão, a qual foi fornecida pelo Professor Vasco Pereira da Silva.

O Presidente do Conselho agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Professor Vasco Pereira da Silva e louvou a intervenção ativa e diligente deste Professor no prosseguimento das atividades do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

12. Outros Assuntos

Foi ainda aprovado por unanimidade a renovação da colaboração da atividade docente desenvolvida ao abrigo do convénio entre a Academia Militar e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o 2.º semestre do ano letivo de 2014/2015, com o Professor Luís Pereira Coutinho, na cadeira de Ciência Política e Direito Constitucional II e com o Dr. João Ascenso e com o Professor Marco Capitão Ferreira na cadeira de Direito Fiscal.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por encerrada a sessão pelas 19:30 horas.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

A Professora Secretária do Conselho



(Professora Doutora Míriam Afonso Brigas)



Faculdade de Direito, 04 de fevereiro de 2015

Exm.^o/a Senhor/a

Professor/a da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Venho, por este meio, convocar V.^a Ex.^a para a próxima reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia **11 de fevereiro de 2015**, 4.^a feira, pelas **15 horas**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações.
2. Aprovação da ata da sessão anterior.
3. Doutoramentos e Mestrados.
 - 3.1. Ponto de situação dos Doutoramentos.
 - 3.2. Alteração de júris de Doutoramento.
 - 3.3. Constituição de novos júris de Doutoramento.
 - 3.4. Júris de Mestrado.
4. Pessoal.
5. Distribuição de serviço.
 - 5.1. Retificação da distribuição de serviço docente do 1.^o semestre.
 - 5.2. Alterações no 2.^o semestre.
 - 5.3. Orientações e critérios para o próximo ano lectivo (concessão de sabáticas, dispensas de serviço e renovação de contratos de assistentes convidados.)
6. Regulamento de Avaliação (constituição da comissão de apreciação da proposta de revisão).
7. Instituto do Direito Brasileiro (Presidente).
8. Comissão de Estudos Pós-Graduados (Coordenador).
9. Cerimónia de imposição de insígnias aos novos Doutores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 10. Cooperação.
- 11. Relações Internacionais.
- 12. Outros assuntos.

Pais Presidente do Conselho Científico

(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

Anexo: A demais documentação será enviada brevemente.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
PAULA DE CASTRO SILVEIRA (ALUNA Nº11907) DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	27.11.2014	29.07.2009	Até 29.01.2016	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva	Sim
MARIA MARIA SANTANA E SANT'ANNA VAZ (ALUNA Nº18857) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	01.12.2014	21.04.2010	Até 21.08.2015	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
DUARTE ALBERTO RODRIGUES NUNES (ALUNO Nº7047) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	02.12.2014	14.12.2011	Até 14.04.2015	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma	Sim
MARIA MARIANA DE MELO EGÍDIO PEREIRA (ALUNA Nº15042) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	09.12.2014	28.03.2012	Até 28.03.2016	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
DUARTE MANUEL LYNCE DE FARIA (ALUNO Nº18991) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	09.12.2014	15.02.2012	Até 15.02.2016	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Sim
OTHON MORENO DE MEDEIROS ALVES (ALUNO Nº21536) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS	12.12.2014	09.05.2012	Até 09.05.2017	Prof. Doutor Eduardo da Paz Ferreira	Sim
LENILMA CRISTINA SENA DE FIGUEIREDO MEIRELLES (ALUNA Nº5070010) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	22.12.2014	25.06.2008	Até 25.06.2015	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
JOÃO MANUEL GOUVEIA DE CAIRES (ALUNO Nº6448) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	23.12.2014	13.01.2010	Até 13.01.2016	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
MARCO RAFAEL FERNANDES CALDEIRA (ALUNO Nº12410) DOUTORAMENTO EM DIREITO- ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	30.12.2014	26.01.2011	Até 26.01.2016	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
LUÍS FILIPE DE MELO E SILVA (ALUNO Nº5060002) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS HISTÓRICO- JURÍDICAS	08.01.2015	03.06.2009	Até 03.06.2016	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	Sim
JOANA MARIA LIBERAL LOPES PINTO MONTEIRO (ALUNA Nº11716) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	09.01.2015	13.01.2010	Até 27.09.2015	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	*
PATRÍCIA DO COUTO VILLELA (ALUNA Nº4000065) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	14.01.2015	07.02.2007	Até 07.07.2015	Prof. Doutor Jorge dos Reis Novais	Sim
FELIPE ARADY MIRANDA (ALUNO Nº18721) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	30.01.2015	06.06.2012	Até 29.02.2016	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim
ANTÓNIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR (ALUNO Nº5000006) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	05.02.2015	15.02.2012	Até 15.02.2016	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim

Observações: *A Aluna beneficia da suspensão da contagem do prazo de entrega da tese nos termos da legislação laboral aplicada em virtude de gestação de risco e maternidade gemelar ocorrida em 17.06.2014.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

-PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TÍTULO DA TESE DE DOUTORAMENTO

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Tema da Tese Aprovado	Novo Tema da Tese Proposto	Parecer do Professor Orientador Designado/Aceitação
LUÍS ANDRÉ RODRIGUES HELENO TERRINHA (ALUNO Nº21603) DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	28.11.2014	<i>"Direito Administrativo e reflexibilidade do Direito: racionalidade comunicativa do agir administrativo e legitimidade democrático-deliberativa da Administração".</i>	<i>"O Direito Administrativo na Sociedade. A dimensão societal do Direito Administrativo entre a autopeiose dos sistemas sociais e a função intersistémica do sistema jurídico".</i>	Prof. Doutor Fausto de Quadros Sim.
DUARTE ALBERTO RODRIGUES NUNES (ALUNO Nº7047) DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	02.12.2014	<i>"Os métodos "ocultos" de investigação criminal como instrumento de resposta à criminalidade organizada. Contributo para uma adequação do Direito português às exigências de uma resposta eficaz à criminalidade organizada em matéria de utilização de métodos "ocultos" de investigação criminal."</i>	<i>"O problema da admissibilidade dos métodos "ocultos" de investigação criminal como instrumento de resposta à criminalidade organizada. Contributo para uma adequação do Direito português às exigências de uma resposta eficaz à criminalidade organizada em matéria de utilização de métodos "ocultos" de investigação criminal."</i>	Profª Doutora Maria Fernanda Palma Sim.
CARLOS EDUARDO BEHRMANN RÁTIS MARTINS (ALUNO Nº5090026) DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	03.12.2014	<i>"Teoria Geral dos Deveres Fundamentais."</i>	<i>"O ensino básico como dever fundamental no Estado Constitucional Democrático."</i>	Prof. Doutor Jorge Miranda Sim.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Tema da Tese Aprovado	Novo Tema da Tese Proposto	Parecer do Professor Orientador Designado/Aceitação
JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS (ALUNO Nº20295) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	09.12.2014	<i>"A estreitar laços entre justiça e direito ao ambiente: Direito e ética verdes a legitimarem uma preventiva e efetiva jurisdição ambiental."</i>	<i>"O "Due Process" redescoberto à sombra do verde."</i>	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva Sim.
OSVALDO FERREIRA DE CARVALHO (ALUNO Nº22744) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	27.01.2015	<i>"A Eficácia dos Direitos Fundamentais no Âmbito das Relações Jurídicas entre Particulares".</i>	<i>"A Eficácia dos Direitos Fundamentais na Esfera Privada".</i>	Prof. Doutor Jorge Miranda Sim.
FELIPE ARADY MIRANDA (ALUNO Nº18721) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	30.01.2015	<i>"Os Direitos Fundamentais no Estado de Exceção Económico".</i>	<i>Os Direitos Fundamentais em Tempos de Crise Económica".</i>	Prof. Doutor Jorge Miranda



FACULDADE DE DIREITO
 Universidade de Lisboa
 Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
ADILSON DYWYNÁ DJABULÁ (ALUNO Nº3110015)	14.11.2014	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	<i>“A Exploração Offshore do Petróleo e a Proteção do Ambiente Marinho e, em especial, a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos Marinhos”.</i>	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes Sim/Sim/Sim	<p>Conclusão do Curso de Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito de Bissau em 27.09.2004, com a classificação de catorze (14) valores.</p> <p>Conclusão do Curso de Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 09.10.2008, com a classificação de dezassete (17) valores.</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
ALCIDES GOMES (ALUNO Nº3180009)	03.01.2015	DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	<i>"A formação dos contratos no Direito Ohada".</i>	Prof. Doutor Dário Moura Vicente Sim/Sim/Sim	<p>Conclusão do Curso de Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito de Bissau em 15.03.2004, (não consta média final na respetiva certidão);</p> <p>Conclusão do Curso de Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de especialização em Jurídico-Internacionais, em 03.07.2009, com a classificação de dezassete (17) valores.</p>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

- ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO - 2ª FASE/TESE - COM DISPENSA DA PARTE CURRICULAR.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
CLÁUDIA SOFIA ALVES TRINDADE (ALUNO Nº16165)	21.01.2015	DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	<i>"A Livre Convicção do Juiz e a Fundamentação da Decisão no Processo Civil".</i>	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva Sim/Sim/Sim	Licenciatura concluída em 25.06.2010 na FDUL, com a média obtida de 17 (dezasete) valores , qualificação de Muito Bom Conclusão do Curso de Mestrado - Perfil em Ciências Jurídicas em 09.04.2014 FDUL 18 (dezoito) valores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Divisão Académica

Versão atualizada em 02.02.2015

SRF

Informação

Aluno: ADILSON DYWYNÁ DJABULÁ (Aluno nº3110015)

Assunto: Pedido de ingresso na 2ª fase (tese) do Curso de Doutoramento – Especialidade em Ciências Jurídico-Políticas, com dispensa da parte curricular.

Data de apresentação do requerimento: 14.11.2014

- I. O requerente concluiu na Faculdade de Direito de Bissau, o curso de licenciatura em Ciências Jurídico-Económicas, em 27 de setembro de 2004, tendo obtido a média final de **14 (catorze) Valores;**
- II. Concluiu o Curso de Mestrado, na área de **especialização em Administração Pública na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**, tendo obtido a classificação de **17 (dezassete) Valores;**
- III. Solicita admissão à preparação do doutoramento (2ª fase/tese), na especialidade em Ciências Jurídico-Políticas, do respetivo curso, indicando como tema: **“A Exploração Offshore do Petróleo e a Proteção do Ambiente Marinho e, em especial, a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos Marinhos”**, sob a orientação da Sra. Professora Doutora Carla Amado Gomes;
- IV. Para os devidos efeitos, junta as informações emitidas pela Senhora Professora Doutora Carla Amado Gomes, em que a mesma declara aceitar a respectiva orientação;
- V. Ao respetivo requerimento o candidato anexa os seguintes documentos:
 - Projeto de investigação;
 - Fotocópia do passaporte;
 - Curriculum Vitae;
 - Certificado de conclusão do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
 - Cópia da certidão de registo de grau de Mestre;
 - Cópia da Certidão de licenciatura em Direito da Faculdade de Direito de Bissau;
 - Cópia da declaração de média de licenciatura em Direito
 - Informação de aceitação da Professora Orientadora;

À Superior Consideração de V. Exa.

Lisboa, 12 de outubro de 2015

Sandra Rodrigues

Informação

Aluno: ALCIDES GOMES (Aluno nº 3180009)

Assunto: Pedido de ingresso na 2ª fase (tese) do Curso de Doutoramento – Especialidade em Ciências Jurídico-Civis, com dispensa da parte curricular.

Data de apresentação do requerimento: 03.01.2015

- I. O requerente concluiu na Faculdade de Direito de Bissau, o curso de licenciatura em Direito, em 15 março de 2004.
- II. Concluiu o curso de Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciências Jurídico Internacionais em 3 de julho de 2009, tendo obtido a classificação final de **17 (dezasseis) valores**;
- III. Solicita admissão à preparação do doutoramento (2.ª fase/tese), na especialidade em Ciências Jurídico-Civis, do respetivo curso, indicando como tema: **“A formação dos contratos no Direito Ohada”**, sob a orientação do **Professor Doutor Dário Moura Vicente**;
- IV. Para os devidos efeitos, junta declaração de aceitação da orientação emitida pelo Senhor Professor Doutor Dário Moura Vicente;
- V. Ao respetivo requerimento o candidato anexa os seguintes documentos:
 - Certidão de conclusão de Licenciatura;
 - Certidão de Registo de Grau;
 - Certificado de conclusão do curso de Mestrado em Direito – Área de Especialização em Ciências Jurídico Internacionais;
 - Fotocópia do cartão de cidadão;
 - *Curriculum Vitae (candidato)*;
 - Declaração de aceitação do Professor Orientador;
 - Projeto de investigação.

À Superior Consideração de V. Exa.

Lisboa, 12 de janeiro de 2015

Sandra Rodrigues

Informação

Aluno: CLÁUDIA SOFIA ALVES TRINDADE (n.º 16165)

Assunto: Pedido de ingresso na 2ª fase (tese) do Curso de Doutoramento, com dispensa da parte curricular.

Data de apresentação do requerimento: 21.01.2015

- I. A requerente presentemente é Assistente Convidada na Faculdade, tendo concluído na FDUL o curso da **Licenciatura** em 25 de junho de 2010, com a média final de **17 (dezassete) valores**, qualificação de **Muito Bom**;
- II. Concluiu o Curso de **MESTRADO CIENTÍFICO EM DIREITO – PERFIL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS** em 09 de abril de 2014, tendo obtido a classificação de **18 (dezoito) valores**;
- III. Solicita admissão à preparação do doutoramento (2ª fase/tese), com dispensa da parte curricular, na especialidade em **Ciências Jurídicas** do respetivo curso, indicando como tema: **“A Livre Convicção do Juiz e a Fundamentação da decisão no Processo Civil”**, sob a orientação da Senhora Professora Doutora Paula Costa e Silva;
- IV. Para os devidos efeitos, junta carta de aceitação emitida pela Senhora Professora Doutora Paula Costa e Silva, em que a mesma comunica aceitar a respetiva orientação.
- V. Ao respetivo requerimento o candidato anexa os seguintes documentos:
 - Registo de Grau do Curso de Licenciatura (FDUL);
 - Certificado de conclusão do Curso de Mestrado Científico em Ciências Jurídicas (FDUL);
 - Fotocópia do cartão de cidadão;
 - *Curriculum Vitae*;
 - Carta de Aceitação da Professora Orientadora;
 - Projeto de investigação.

À Superior Consideração de V. Exa.

Lisboa, 03 de fevereiro de 2015

Sandra Rodrigues

1015

Aprovado na reunião do
 Conselho Científico de
 11.02.2015
 Mariana Afonso
 Marques
 (Reunião do Conselho
 Científico)



FACULDADE DE DIREITO
 Universidade de Lisboa
 Divisão Académica

Requerimentos

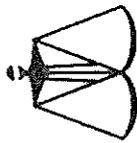
(Reunião do Conselho Científico de fevereiro de 2015)

- Doutoramento – Candidatura à 2.ª fase do doutoramento – preparação da tese - Doutorando com parte curricular concluída -
 Pedido extemporâneo.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Tema da tese solicitado	Professor Orientador solicitado	Curso	Prazo normal de inscrição na fase da tese	Prazo de entrega da tese proposto
AMAURY SILVEIRA MARTINS (ALUNO n.º 12345998) - DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS (2012-2013)	03.02.2015	"O Poder Jurisdicional da OMC – Organização Mundial do Comércio".	Prof. Doutor Pedro Infante Mota	Doutoramento em Direito - Especialidade em Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias	(*)18.06.2014	(**)18.06.2017

(*) Prazo de entrega da tese de doutoramento aprovado em C.C. dos doutorandos do mesmo grupo e ano lectivo é de 18.06.2014, tendo concluído a fase escolar do curso em 2012/2013. Assim sugere-se que para a contagem do prazo da entrega da tese de doutoramento do aluno seja determinado o mesmo prazo aprovado para os alunos do ciclo de estudos do requerente: 18.06.2017.

(**) Prazo de entrega da tese de doutoramento aprovada em C.C. dos doutorandos do mesmo grupo e ano lectivo.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

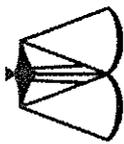
Pex. 6. Apoio nas regras de trabalho
crenças de 11.02.2015.
Muhann Afonso Nijes
(Secção de Ensino
Científico)

PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO

Solicitação de Admissão ao Programa

(Reunião do Conselho Científico de fevereiro de 2015)

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema	Professor Orientador	Parecer do Professor Orientador	Dívida de Propinas
GINA VIDAL MARCÍLIO POMPEU (ALUNA Nº25283)	PÓS-DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- ECONÓMICAS	"Direito Constitucional nas relações económica, entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano: estudo sobre a repercussão das decisões judiciais no contexto da ordem económica e política e a consequente judicialização da política e ativismo judicial".	Prof. Doutor Fernando Araújo	Sim.	Não.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

11/02/2015
05.03.2015
Jorge de Sousa



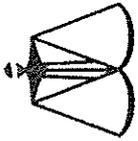
Aprovação de reuniões do Conselho
11.02.2015
Marta Almeida
(Secretaria do Conselho)

PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTO

Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico de fevereiro 2015)

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas	Classificação sugerida
CARLOS ALBERTO CORRÊA DE ALMEIDA OLIVEIRA (Aluno nº12346223)	PÓS-DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS HISTÓRICO-JURÍDICAS	"Tutela Penal de Terceira Geração - Uma Perspectiva Histórico-Jurídica".	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	Sim.	Não.	Muito Bom.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

4/6/15

Aprovado no reunião de Conselho
Universitário de 11.02.2015

Miriam Amândio
fevereiro do Conselho
Universitário

PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO

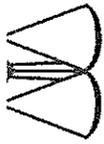
Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico de fevereiro 2015)

Identificação do Doutorando	Especialidade	Tema	Professor Orientador	Parecer do Prof. Orientador	Dívida de Propinas	Classificação sugerida
JOÃO LÚCIO TOMÉ FETEIRA DIAS SANTOS (Aluno nº12346253)	PÓS- DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- ECONÓMICAS	"A Configuração e Implementação das Normas de Direito da Concorrência nos Países em Vias de Desenvolvimento: Para além da dicotomia Eficiência v. Desenvolvimento."	Prof. Doutor Luís Domingos Silva Morais	Sim.	Não.	Excelente.

Versão atualizada em 03.02.2015

SRF



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

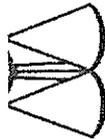
Doc. 9
Aprovado e reunido do
Conselho Científico de 11-02-2015
Fez na reunião da Mesa do Conselho Científico

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: ECONOMIA E ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Miguel Jorge da Silva n.º de aluno - 22812 entrega da dissertação em 15/12/2014	"A responsabilidade civil pelo dano ambiental, numa perspectiva Análise Económica do Direito na África Subsaariana, com foco no caso da Guiné-Bissau"	Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire	Prof. Doutora Paula Vaz Freire (Presidente e Orientadora) Prof. Doutora Rute Saraiva (Arguente) Prof. Doutor Miguel Patrício (Vogal) Prof. Doutor Miguel Ferro (Vogal)

1. Constituição de júri sugerida, pelo _____.
2. Proposta de Constituição de júri Aprovado no Conselho Científico de _____ A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

Doc. 9

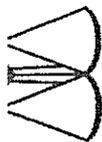


FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

APROVADO NA REUNIAO DO EXAME DO
DOUTORAMENTO
Calecção de 17.02.2015
pelos membros
feverência do Exame
Científico

MESTRADO EM DIREITO- PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

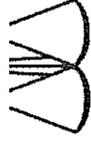
Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ali Mazloum n.º de aluno - 22813 entrega da dissertação em 21/11/2014	"A reserva de jurisdição na investigação criminal"	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Francisco Aguilhar (vogal) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Helena Morão (vogal) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro (arguente)
Carlos Luiz de Lima e Naves n.º de aluno - 22363 entrega da dissertação em 16/12/2014	"O Ativismo Jurisdicional no Julgamento do aborto de fetos anencefálicos: a construção de normas penais não incriminadoras no processo como garantia da efetividade dos direitos fundamentais"	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias (vogal) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Teresa Quintela (arguente)
Elen de Cássia Lopes n.º de aluno - 22382 entrega da dissertação em 16/12/2014	"Liberdade Viglada como meio de Ressocialização de Delinquentes imputáveis perigosos condenados por crimes sexuais"	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (vogal) Prof. Doutor João Curado Neves (vogal) Prof.ª Doutora Helena Morão (arguente)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Nátalia Crivillin Gois de Oliveira n.º de aluno - 21618	"A Dilação probatória da Cooperação Internacional no Processo Penal"	Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida	Prof. Doutora Helena Morão (vogal) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (presidencial) Prof.ª Doutora Carlota Almeida (orientadora) Prof. Doutor Francisco Aguilar (arguente)
--	--	--	---

1. Constituição de Júri sugerida, pela Senhora Professora Doutora Maria Fernanda Palma no dia 2 de fevereiro de 2015
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Solicitação de alteração de Júris

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

Composição Original

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Tiago Correia Moreira 11163	"O sistema da data de registo. Contributo para o estudo de conceito de accionista de uma sociedade cotada"	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (presidente) Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva (orientadora) Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (arguente)

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

Composição Solicitada

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Tiago Correia Moreira 11163	"O sistema da data de registo. Contributo para o estudo de conceito de accionista de uma sociedade cotada"	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (arguente) Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro (vogal) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (vogal)

1. Alteração de Júri sugerida no dia 6 de fevereiro de 2015

2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de

Doc. 11

Aprovado no reunião do Conselho Científico de 19.02.2015

Plenária do Conselho Científico

Aprovado na reunião do
 Conselho Científico de 11.02.2015
 Mariana Afonso Brito
 (Membro do Conselho Científico)

Pac. 12

Mestrados Profissionalizantes
 Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
 Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2013-2014
 (Reunião do C.C. 14.01.2015)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
19469	ANA FILIPA INACIO URBANO	O Princípio da Cooperação Interadministrativa na Controlo Público	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12345710	CRISÓSTOMO DE JESUS BAITO SABINO	As Novas Tendências, Privatização do Direito de Polícia	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12346351	FÁBIO FERNANDO SANTOS MOTA	A Inconstitucionalidade do recurso hierárquico necessário. Em especial, as sanções aplicadas no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
18213	JOANA SOFIA GONÇALVES FERNANDES MARTINS	A modificação objetiva do contrato administrativo e o princípio da concórdia	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
19743	FUNO EDUARDO GOMES PEREIRA TRACANA DE CARVALHO	Do regime de eliminação da dupla tributação económica à participation exemption	ANA PAULA VALLE-FRÍAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
16003	ANDRÉ FILIPE MESEDES PEREIRA	Do dever de não apropriação das oportunidades de negócio societárias pelo administrador	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19739	OLÍVIA MARIA PEREIRA AFONSO	A Venda a Descoberto	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
1718	INÉS DA SILVA ARAÚJO	O Rendimento Social de Inserção, enquanto expressão da garantia constitucional a um mínimo de existência condigna, no atual Estado de Direito	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20348	ANA FELIPA SALVADOR DOS SANTOS	Pornografia infantil	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
17945	RICARDO ARAÚJO SANT'ANA SANTOS	O Concurso entre Crimes e Contra-Ordenações: Repercussões Processuais e Problemas de "Ne Bis In Idem"	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
18445	VANESSA FILIPA LEITÃO DE AZEVEDO	O Crime de Omissão de Auxílio no Direito Penal Português	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20358	CÉSAR MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES	As divergências entre o lucro tributável e o lucro contabilístico	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19945	JORGE MIGUEL ROSMANEIRO TRAGUEDO	Planificação Fiscal, Evasão ou Elisão? (Norma Anti Abuso Geral)	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19710	MAFALDA INÉS SANTOS DE MELO YANINHA	O papel das taxas reguladoras na correção das falhas de mercado	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
19943	SUSANA CECÍLIA TIMÓTEO NEVES	(IN)JUSTIÇA FISCAL: A questão da suspensão provisória do processo nos crimes fiscais	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12516	BÁRBARA INÉS TERENCIO ANICETO	O arguido - declarações, confissão e o privilégio de não auto-incriminação	CARLOTA JULIA SEABRA PIZARRO ALMEIDA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
146370	JOCARA YANIRA CORREIA CARDOSO	Princípio Nemo Tenetur no contexto da sujeição de exames e a entrega de objetos íntimos por parte do arguido	CARLOTA JULIA SEABRA PIZARRO ALMEIDA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346337	NELSON CELESTINO TEIXEIRA DA SILVA	Criminalidade organizada e Terrorismo	CARLOTA JULIA SEABRA PIZARRO ALMEIDA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346429	NIKA ESTRELA LEMOS CARNEIRO	O testemunho do menor enquanto meio de prova	CARLOTA JULIA SEABRA PIZARRO ALMEIDA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345992	CRISTIANA PATRÍCIA SANTOS RIBEIRO	A Responsabilidade Civil do Operador Aéreo por Danos Contra Terceiros à Superfície	DARIO MANUEL LEITEZ MOURA VICENTE	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20404	FÁBIO ALEXANDRE SANTOS AMORIM	Os mecanismos de controlo administrativo no regime de utilidade pública	DOMINGOS MIGUEL SOARES FARINHO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12346489	CARDOLINA COELHO FERREIRA PLÁCIDO MIRANDA	Direitos de Defesa em Processo Penal à luz da Convenção Europeia de Direitos Humanos	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
18107	DIOGO GUERRERO DUARTE	O Direito Humano à Propriedade: o caso dos acionistas e do regime de falências bancárias europeu em particular	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346501	INÉS MARIA SANTOS CORREIA DOS REIS	A dívida soberana: a situação dos fundos credores para com os Direitos Humanos e os fundamentos de incumprimento	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
19787	MÓNICA MARQUES DA SILVA VITTO	Transporte multimodal internacional de mercadorias - Responsabilidade e risco	EDUARDO SANTOS JUNIOR	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19459	ANA CAROLINA DA SILVA MOÇO FERREIRA	Os Incoterms na Interpretação e Integração dos Contratos de Comércio Internacional	ELSA MARIA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
16314	SANDRA VANESSA OLIVEIRA PINTO GÓES	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	ELSA MARIA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS

Mestrados Profissionalizantes
 Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
 Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2013-2014
 (Reunião do C.C. 14.01.2015)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
14848	ZENÓBIA VALY MAHAMED FEITEIRA LOURENÇO	As cláusulas Hardship e Force Majeure na Arbitragem	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346568	DIOGO BARBOSA LINDO	A aplicação do EIA/RIMA quanto a exploração de recursos naturais	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346300	FILIPE ANDRÉ RODRIGUES PEREIRA	A Jurisprudência do Tribunal Internacional de Direito do Mar relativa à aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346248	MARIA INÊS RIBEIRO DA COSTA	Alguns aspetos teórico-práticos sobre as Convenções da IMO: a República de Angola	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346510	NIQUE LAUDA MENDES CABRAL	A Extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas: o caso de Cabo Verde	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346401	TERECA OLIVEIRA LOPES	O Papel da Jurisprudência no Desenvolvimento do Direito ao Meio Ambiente Saudável	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346742	SARAH PIESSENS	A Inviolabilidade das normas de Direito Internacional do Ambiente nos tribunais europeus e no TJUE	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
16338	MARIA JOÃO LOPES CASTANHEIRA	Contencioso Aduaneiro	GUILHERME WALDEMAR GOUÇÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
19451	ADRIANA SANTOS ISAQUE	A dupla tributação económica - uma visão contemporânea no âmbito do direito fiscal	GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
18009	ANDRÉ RAINHO DOS ANJOS PEREIRA	Impostos verdes - entre a defesa do ambiente e a arrecadação de receita	GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12345804	BÁRBARA BARRIOS LOMBA	A reversão do processo de execução fiscal	GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19604	FILIPA BELCHIOR MACHADO DA SILVA DE MAGALHÃES COIMBRA	A Arte da Tributação das Reorganizações Societárias	GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
16556	JOANA AZEVEDO GOMES SILVA	Análise do regime fiscal do Residente Não Habitual	GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20390	ANA MARGARIDA PRATAS CORREIA SHIRLEY DE OLIVEIRA	Acordos sobre sentenças penais: uma aproximação à justiça negociada nos EUA admitível no ordenamento português?	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19759	MARINA ALEXANDRA TORRES DE OLIVEIRA	Stalking - uma abordagem jurídico-penal	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19866	SÓFIA SERPA ANDRADE E SILVA	Enquadramento penal das sanções aplicáveis às pessoas coletivas: natureza e fins das penas	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19674	JOÃO MIGUEL ALVES LOPES DE BENTO MARDUES	Concurso de interesses sobre a Participação Social: Usufruto e Penhor - As Posições Jurídicas Alheas do Usufrutuário e do Credor Pignoratício	JOÃO MANUEL CARDOSO ESPÍRITO SANTO HORÓVIA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346176	TIAGO JOSÉ FERREIRA COELHO	Financiamento Societário no âmbito do Código das Sociedades Comerciais	JOÃO MANUEL CARDOSO ESPÍRITO SANTO HORÓVIA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346330	ANABELA DA SILVA GUERREIRO	O Cibercrime, os métodos ocultos de investigação e a nova criminalidade	JOÃO MIGUEL RANGEL PRATA ROQUE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346484	ANTÓNIO JORGE MARTINS TORRES	A (in)utilidade jurídica do animal no ordenamento jurídico português	JOÃO MIGUEL RANGEL PRATA ROQUE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19630	INÊS SOFIA CERRA MENDES	Pornografia infantil: novos problemas face ao paradigma da pornografia virtual?	JOÃO MIGUEL RANGEL PRATA ROQUE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
17143	ANA MATELDA DE ALMEIDA GONÇALVES	Os poderes de cognição do juiz na condenação à prisão de ato devido	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
12346350	MAGDA ISABEL GASPAR DE FARIA	A natureza jurídica das contribuições para a Segurança Social: entre a imposição do imposto e a equivalência de taxa	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
18420	SOLANGE ISABEL PALMA MARTINS	O princípio do poluidor pagador e a sua articulação com o princípio da responsabilidade ambiental	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
22732	CHRISTELLE PACHECO HEVES	Co-edição	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
18329	MATACHA ANDRÉIA REIS BRANCO	A alteração subsequente do Risco e Eficácia do Contrato de Seguro	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346534	ISA MARIANA ATAÍDE XAVIER	A Reforma das Autarquias Locais nos Açores	JOSE ALBERTO MELO ALEXANDRINO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Mestrados Profissionalizantes
Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2013-2014
[Reunião do C.C. 14.01.2015]

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
18025	ANTÓNIO SÉRGIO POUDO DE ALMEIDA	Direito de voto: novas formas de compra de votos e proxy fights	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
18103	DINA RAQUEL DA VEIGA LINDIM	A Teoria da Distribuição dinâmica do ónus da prova e o princípio do inquérito	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346497	LUIS PEDRO TREITAS CIRNE TOMAR	O contrato de Seguro Automóvel e os danos reflexos nas respetivas indemnizações civis atenta a recente jurisprudência do STJ	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346313	PETRA ALEXIS XAVIER MOTA	A distribuição do ónus da prova no Processo Civil e o direito de acesso à justiça	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
16886	TÁLIA PATRÍCIA FONSECA MARDUES	A Distribuição Dinâmica do Ónus da Prova nas Ações de Responsabilidade Civil Médica	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19719	MÁRCIA SOFIA ALVES FARIAS	A Indemnização por Atos Legislativos Lícitos em perspetiva Constitucional, Europeia e Internacional	LOURENÇO BANDEIRA MANOEL VILHENA DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
17746377	ALBERTO ALEXANDRE PEREIRA CORTE REAL	A obrigação de identificação como medida de polícia	LUIS MIGUEL PRIETO HOGUEIRA BARTO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
17504	PEDRO MIGUEL SIREMO DE ALMEIDA	A utilização de armas de fogo pelos agentes policiais	LUIS MIGUEL PRIETO HOGUEIRA BARTO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
19889	VÁNIJA ALEXANDRA DOS SANTOS SIMÕES	Os Aspectos Jurídico Internacionais do E-Business	LUIS PEDRO ROCHA LIMA PINHEIRO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12345824	DIOGO PINHEIRO DE CARVALHO CORDEIRO	Agentes de Navegação	MANUEL JAHUARIANO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
16461	ÁVIA FRILPA DA FONSECA REBILLO	Os efeitos da declaração de insolvência no contrato-promessa	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346251	ANA RITA RIBEIRO PIRES	A Prestação de Garantias entre Sociedades Comerciais	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346155	GABRIEL FREIRE SILVA RAMOS	Minorias societárias e abuso do direito de voto nas deliberações de aumento de capital	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346168	HUGO RAFAEL SARAMAGO SOUSA	A Dissolução Administrativa de Sociedades Comerciais	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
17344	JOANA FILIPA CARVALHO PIRES	Artigo 22.º do CIRE: Responsabilidade por um pedido inundado de insolvência	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346290	JOÃO ANTÓNIO PAIS DE LIMA	A criação da figura da sociedade anónima desportiva. Que inovações trouxe ao desporto profissional e que benefícios colhem os seus intervenientes	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19	LILIANA MARINA PINTO CARVALHO	Responsabilidade dos administradores perante os credores resultante da qualificação da insolvência como culpa	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346298	MARTA ISABEL LOPES HEITOR	A responsabilidade civil de administradores e membros dos órgãos de fiscalização das sociedades anónimas	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19825	RAQUEL DA SILVA FARIA	Direito da insolvência: "A Esquecimento do Passivo Restante e a alínea d) do nº 1 do art. 238 CIRE"	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19861	SÍLVIA ALEXANDRA HOGUEIRA LEMOS	Deliberações sociais abusivas e a ofensa aos bons costumes na destituição dos administradores das sociedades comerciais	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19867	SORAYA CRISTINA SILVA PICOTO	A compensação de créditos no Processo de insolvência - A Compensação de créditos de saldos bancários pelo Banco	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20018	ANTÓNIO FERNANDES GOMES	O Novo Paradigma do Contrato de Concessão	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
12346324	MARIANA VIOLANTE GONCALVES	As Parcerias Público-Privadas - que perspetivas?	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12346174	RUTE DOS SANTOS MATEUS	A culpa e a imputabilidade por anomalia psíquica	MARIA FERNANDA SANTOS MARTINS PALMA PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20186	ANA CATARINA FERREIRA DOMINGOS	O direito dos pais castigarem os filhos	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12147	PATRÍCIA ALEXANDRA CARDOSO PEREIRA CARDOSO LEAL	Menores e a delinquência: maioridade penal aos 14 anos – utopia ou facto?	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19819	RAFAEL JOSÉ ESTEVES ATALAJA	Da Adoção Internacional	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Mestrados Profissionalizantes
Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2013-2014
(Reunião do C.C. 14.01.2015)

Número	Nome do(s) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
12346316	EDNA DE JESUS LOPES MOREIRA	A Diplomacia Económica como um dos vetores da política externa de Cabo Verde - análise dos principais tratados bilaterais e multilaterais	MARIA MARGARIDA REGO COSTA SALEMMA OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
12346462	FRANCISCO JOSÉ POLICARPO BAPTISTA	O Direito desportivo Angolano, um breve olhar sobre as associações desportivas	MARIA RAQUEL ALEXO ANTUNES REI	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346289	HUGO ADRIÃO BANDEIRA RODRIGUES	A responsabilidade civil do administrador da insolvência perante os credores	MARIA RAQUEL ALEXO ANTUNES REI	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
22724	SORANA ALEXANDRA DOS SANTOS LARANJEIRA	Os pedidos fundados na Declaração de Insolvência	MARIA RAQUEL ALEXO ANTUNES REI	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346293	SARA COSTA CUNHA BATALHA	A responsabilidade pré-contratual por omissão dos deveres da boa-fé: a importância de uma Due Diligence	MIGUEL CARLOS TEIXEIRA PATRÍCIO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
19685	JOÃO PEDRO VIEIRA CAUADO TAVARES HUALTEZ	Formação da decisão de contratar: a questão da participação democrática e do controlo cívico da contratação pública	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346472	MÁRIO ERY DE FÁTIMA RICARDO	O ajuste direto à luz do ordenamento jurídico moçambicano	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346472	DAVID JOSÉ PIRIS VIANA DE OLIVEIRA DUARTE	A Constitucionalidade da Adoção por Casais Homossexuais - O Princípio da Igualdade e o Superior Interesse da Criança	MIGUEL FERNANDO PESSANHA TEIXEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346435	LEONARDO MIGUEL CAMEIRA GONCALVES NUNES	O abuso de posição dominante por discriminação de preços	MIGUEL JOSÉ PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12346356	ANA RUTE NUNES SILVA	O sistema preventivo de branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e do financiamento do terrorismo à luz do Direito da União Europeia	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12346326	ANJA SOFIA VALENTE NIRO	Da legalidade do Ato Tributário Intermediário	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19350	ALEXANDRA SOFIA ESTORMINHO BELACONÇA	A legalidade da prova no depoimento indireto	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19311	DIOGO RIBEIRO SIMÕES MOREIRA RAMOS	Teoria dos meios de obtenção de prova de correio eletrónico em direito penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346346	ÚLIA CATARINA MARQUES PAIS	A tutela penal da propriedade intelectual e as tecnologias de informação	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346545	MARGARIDA MARIA BARAHONA SIMÕES ESTEVES PEREIRA	Os conhecimentos fortuitos e o correio eletrónico	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346266	MARIANA QUEIRÓS MARQUES	A dignidade penal do direito à honra e o conflito constante com o direito à liberdade de expressão	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19	NUNO RICARDO PICA DOS SANTOS	Melhor de obtenção de prova em direito contra-ordenacional e o alcance do direito subsidiário. Do RGCD aos regimes sectoriais: em especial, o regime da concorrência	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19470	ANA FILIPA SANTOS CARVALHO	A Insolvência das Sociedades Coligadas	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
17387	JOSÉ MIGUEL FIALHO SÃO JOÃO PASCOALINHO	A Irresponsabilidade dos gerentes e administradores à luz do disposto no art. 72.º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19697	LILIANA ALEXANDRA PEREIRA FERNANDES	Necessidade de regulação do mercado de Non Performing Loans no crédito ao consumo	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346041	NUNO MIGUEL VALAGÃO VALENTE	Responsabilidade do Credor pelo Controlo	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346508	SOFIA MAGALHÃES COIMBRA FERREIRA	A Comissão de Auditoria	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19888	VALESSA FILIPA MARTINHO DOMINGUES	O saneamento da Sociedade Comercial: o caso específico das Operações-Harmónio	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
14718	LILIANA SIMÕES MENDONÇA	Processo de trabalho e processo civil: divergências e convergências e reflexos no direito de indemnização do Acidentado ao abrigo da Lei de Seguro de acidentes de trabalho (Situação jurídica no facto jurídico) responsabilidade subjetiva ou objetiva?	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19865	SOFIA ISABEL FREITAS BATALIM	A graduação dos créditos do Fundo de Garantia Salarial	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
17966	ANA CRISTINA AFONSO PITARRA	O impacto das medidas de combate ao terrorismo na vida privada do cidadão. Em especial, o conflito entre liberdade e segurança	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mestrados Profissionalizantes
 Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
 Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2013-2014
 (Reunião do C.C. 14.01.2015)

Número	Nome do(s) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
12346237	ISABEL MARIA DA VEIGA ALVES VAZ PINTO	As relações económicas e internacionais entre Portugal e Moçambique no período pós 2.ª Guerra Mundial	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CAUADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
19463	ANA CATARINA GOMES FERREIRA	A Responsabilidade Civil no Processo de Insolvência	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346165	CÉLIA SOBRINHA FRANCISCO	A Natureza Jurídica da Adjudicação (Na Ação Executiva Para Pagamento de Quantia Certa)	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19656	JOANA MARIA MOREIRA BEIRÃO	Teoria da Distribuição Dinâmica do Ónus de Prova	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
15886	LÚIS TIAGO MORSHITA FAÇÃO RAMOS	Da exigibilidade das Garantias Bancárias on First Demand	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346553	JOANA RITA CARDOSO DOS SANTOS	Proteção Medicamentosa Assistida. O Direito de Constituir Família e a Maternidade de Substituição	RUI PAULO COUTINHO MASCARENHAS ATAÍDE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
14735	DÁLIA CRISTINA PORTELA JORGE	O Impacto do uso de armas nucleares nos Direitos Humanos	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
146400	EURICO DANIEL ARAÚJO DA COSTA ORTIGA	O papel das organizações internacionais na emergência do Direito Administrativo Global	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
19605	FLÁVIA DIAS MENDES CALIXTO	Os Direitos Humanos dos Marítimos	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
19914	REBECA RIBEIRO SILVA	Organização Mundial do Comércio e Direitos Humanos - A Proibição do Trabalho Infantil na Ordem Jurídica Internacional	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
15327	SARA MARGARIDA DE JESUS COELHO	Tráfico de Seres Humanos	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
19532	CARLA SOFIA BENTO DA SILVA	A Supervisão Prudencial do Banco de Portugal no contexto da União Bancária	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
18212	JOSEFA CARLOTA BRITO VICENTE	Análise jurídico-económica do conceito de desenvolvimento sustentado na jurisprudência do Tribunal de Justiça Internacional	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
12346280	MARTA ALEXANDRA FIALHO PRATAS	Informação Privilegiada nos Mercados Financeiros	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20426	MIGUEL GONÇALVES BÉLO PENICHE GALVEIAS	O dever de categorização de investidores	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
18331	NEUSA DE JESUS RAMALHO PITO	Uma Análise Jurídico-Económica dos Organismos Geneticamente Modificados	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
12346331	RODOLFO JORGE DOS SANTOS FERREIRA DE CASTRO PIMENTA	A soft law nos mercados financeiros	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12346740	SÁNDRA DOMÍNGUES CIPRIANO	Valores mobiliários/O dever de Informação do Intermediário Financeiro nas recomendações de Investimento	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12346516	SIMÃO PEDRO PROENÇA ARIELES	A União Bancária e o seu impacto no Conjunto Sistémico das Células de Crédito Agrícola	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
12346535	MARIA LUISA INOCHÊNCIO NETO	A Negociação da Pena em Processo Penal	SÍLVIA ISABEL DOS ANJOS ALVES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (Pré-Bolonha)
17683	ANDRÉ GOLDSCHMIDT GONÇALVES	Fraude fiscal e branqueamento de capitais: eleição de precedência e suas implicações em matéria de prova	TÉRESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12345966	CAROLINA ISABEL RIBEIRO BRAGA	Teoria da Causalidade como elemento de imputação objetiva em Direito Penal Português	TÉRESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
18178	JOANA MARGARIDA DO ELMO FALÉ VIEGAS	A mediação penal	TÉRESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

20173

Aprofundo na reunião do
 Conselho Científico de 11.02.2015:

Reunir a Assembleia
 de Senhores do Conselho
 Científico



FACULDADE DE DIREITO
 Universidade de Lisboa
 Divisão Académica

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de fevereiro de 2015

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
ANDRE SILVA GOMES (n.º 22577- Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Criminais - (2011-2012)	13.11.2014	Correios de Droga e o Crime Organizado Transnacional	A responsabilidade criminal dos correios de droga	Professor Doutor Augusto Silva Dias	Nada a opor.
CARINA LOPES CARVALHO (n.º 18040) - Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídicas (2012-2013)	18.11.2014	A tutela da liberdade contratual dos consumidores nos contratos celebrados com base em cláusulas contratuais gerais	A reserva de propriedade a favor do financiador	Professora Doutora Elsa Dias Oliveira	Nada a opor.
...RA CATARINA FERNANDES ABREU (n.º 18453) - Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais (2012-2013)	19.11.2014	As Relações Comerciais da União Europeia com os Países em Desenvolvimento. Especialmente a situação com Angola.	O papel de Angola como país menos desenvolvido no comércio com a União Europeia	Professor Doutor Pedro Infante Mota	Nada a opor.
PAULO ANDRÉ CABRITA LOPES (n.º 22635) - Mestrado em Direito - Jurídico-Empresariais (2011-2012)	28.11.2014	Regime Jurídico do Contrato de Seguro	Direito de retenção no contrato de empreitada	Professora Doutora Maria José Rangel Mesquita	Nada a opor, contudo indica que não está habilitada para orientar o tema.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
JOCIARA YANIRA CORREIA CARDOSO (n.º 12346370) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2013-2014)	1.12.2014	Princípio Nemo Tenetur no contexto da sujeição de exames e a entrega de Diários Íntimos por parte do arguido	O princípio do Nemo Tenetur no contexto da sujeição de exames por parte do arguido	Professora Doutora Carlota Pizarro Almeida	Nada a opor.
JOSÉ CARLOS CARVALHO LE FRIAS FONSECA (n.º 12345812) - Mestrado em Ciências Jurídico-Financeiras (2012-2013)	2.12.2014	Autonomia e Accountability do Supervisor Financeiro	Autonomia e Accountability do Supervisor Bancário	Professora Doutora Rute Saraiva	Nada a opor.
RAFAEL DA MOTA LUZ (n.º 22522) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2011-2012)	15.12.2014	As Lacunas de Regulamentação da Lei n.º 16/2001 de 22 de Junho (Lei da Liberdade Religiosa), à Luz do Constitucionalismo Português e do Ordenamento Jurídico-Administrativo Pátrio	Liberdade de culto – aspectos essenciais	Professor Doutor Jorge Miranda	Nada a opor.
JOANA FILIPA DA COSTA SILVA CORREIA (n.º 17345) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2011-2012)	22.12.2014	Análise da Reforma ao Código de Processo Civil : da inversão do contencioso cautelar	Da aplicação de presunções naturais no direito civil	Professor Doutor Rui Pinto	*

*A aluna solicita alteração de Professor Orientador, o qual nada tem a opor ao novo tema proposto.

Doc. 13

Aprova na reunião do
Conselho Científico de 11.02.15
Pedro Afonso
(Secretário do Conselho
Científico)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 18 de fevereiro de 2015

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
RAPHAEL CARNEIRO ARNAUD NETO (n.º 12345859) - Mestrado EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (2012-2013)	28.01.2015	União Estável Plúrimas e o Companheiro de boa fé	União de Facto e União Estável: O Direito das Famílias Entre a Lei e a Vida	Prof. Doutor Carlos Adelino Campelo de Andrade Pamplona Côrte-Real	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Divisão Académica

- Pedidos de alteração de orientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Professor Orientador designado	Professor Orientador proposto	Parecer do Orientador
JOANA FILIPA DA COSTA SILVA CORREIA (n.º 17345) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2011-2012)	22.12.2014	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof. Doutor José Bonifácio Ramos	Atual: nada a opor. Proposto: nada a opor.

Versão de 09.01.2015



FACULDADE DE DIREITO
 Universidade de Lisboa
 Divisão Académica

- Pedidos de alteração de orientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Professor Orientador designado	Professor Orientador proposto	Parecer do Orientador
JOANA FILIPA DA COSTA SILVA CORREIA (n.º 17345) - Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (2011-2012)	22.12.2014	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof. Doutor José Bonifácio Ramos	Atual: nada a opor. Proposto: nada a opor.

Versão de 09.01.2015

PONTO b)**II - Curso Geral (Licenciatura)**

3. *História do Pensamento Jurídico [2º ano] - 2º semestre – Turma B (Regente: Profª Miriam Brigas)*

Em 15 de Setembro de 2014 foi enviado ao Decano um mail do qual constava a supressão de diversas turmas e disciplinas durante o ano. No Grupo de Histórico-Jurídicas eram suprimidas as turmas B e Noite de *História do Pensamento Jurídico* e uma subturma da turma A de *História das Relações Internacionais*. Talvez pela altura em que ocorreu o envio do mail o decano não se apercebeu dele – tanto que não o encontrou na sua caixa de correio, acabando por o pedir a terceiros - mas efectivamente foi enviado. Foi agora aplicado no que respeita à turma B de *História do Pensamento Jurídico (2º semestre)* ou seja a turma foi suprimida.

Acontece que existem alunos interessados na frequência da disciplina. Tendo em conta que a turma Noite da mesma disciplina (*1º semestre*), também no mesmo mail suprimida, veio porém a funcionar com bastantes alunos e só não teve mais porque os Erasmus foram impedidos de nela se inscreverem (vd., supra nº 2 deste memorando) e tendo ainda em conta que a subturma da Turma A de *História das Relações Internacionais* no mesmo mail igualmente suprimida, veio também a funcionar por existirem alunos, pretende-se que seja também autorizado o funcionamento da turma B no mesmo mail suprimida. Par além de se dar resposta aos alunos interessados seria uma forma de minimizar os efeitos nefastos que as informações acima referidas em 1 e 2 deste memorando (Ponto a) causaram ao normal funcionamento de disciplinas relevantes do Grupo.

MEMORANDUM

PONTO a)

I - Doutoramento e Mestrado (1º e 2º semestre)

1. *História das Ideias Políticas (Regente: Profª Susana Videira)*

Em Outubro de 2014, por existirem alunos inscritos, a disciplina iniciou as aulas do Mestrado e em Doutoramento nos termos regulamentares.

A partir da segunda semana de aulas, a regente começou a ser procurada por um número significativo de alunos, entre os quais muitos estrangeiros, para lhe manifestaram surpresa por terem sabido que a disciplina estava a funcionar, quando haviam sido informados tanto pessoalmente na Secretaria como por mensagem electrónica recebida do Núcleo de Formação Pós Graduada da Divisão Académica em 30 de Setembro de 2014, que havia sido suprimida.

A Divisão Académica reconheceu o facto mas desvalorizou-o dizendo que as primeiras inscrições na disciplina só haviam sido feitas após 23 de Outubro. Não foi todavia assim, pois em 9 de Outubro, na primeira semana de aulas, já estavam inscritos 4 alunos nos dois cursos, ignorando-se quantos haviam sido entretanto encaminhados para outras disciplinas com base na informação de supressão.

Actualmente a disciplina, para além dos inscritos no Doutoramento tem cinco em Mestrado, sendo as aulas acompanhadas por um número expressivo de ouvintes que afirmam não estarem inscritos apenas justamente por terem sido encaminhados, contra a sua intenção original, para disciplinas de outras áreas, designadamente da área de ciências Políticas, com base nessa informação.

Este facto ainda que resolvido, causou dificuldades irreparáveis, sendo lícito pensar que a disciplina teria o dobro dos alunos não fora aquela informação.

II - Curso Geral (Licenciatura)

2. *História do Pensamento Jurídico [2º ano] - 1º semestre –Noite (Regente: Profª Isabel Graes)*

No dia 17 de Setembro de 2014, por correio electrónico dirigido pela Divisão Académica aos alunos inscritos, foi difundido aviso de cancelamento desta disciplina com fundamento em insuficiente número de inscrições (eram na altura 16).

O aviso foi feito antes de todos os prazos de inscrição estarem encerrados, designadamente o referente a Erasmus. Logo difundido entre alunos bloqueou qualquer hipótese de outras inscrições ocorrerem, desde logo de alunos Erasmus que entretanto iniciariam as inscrições. Alguns inscritos transferiram-se de imediato para outras disciplinas, designadamente da área de Ciências Políticas, na convicção de que estavam impedidos de a frequentar.

Alertado, o Decano do Grupo manifestou a sua perplexidade junto dos Serviços, apenas conseguindo que disciplina funcionasse em regime de aulas teórico-práticas, o qual privou os alunos das duas aulas semanais que existiriam se o cancelamento não tivesse ocorrido antes de ser apurado a totalidade dos interessados. Ainda assim, contra todos estes obstáculos e conscientes do prejuízo que os passou a afectar devido a este diferente regime, bastantes mantiveram-se. Teria sido suficiente que os Serviços tivessem aguardado o fim do prazo para a disciplina ter funcionado com número muito superior de alunos, como se apurou pelas ultiores manifestações de interesse, tendo portanto dessa decisão ocorrido um prejuízo irrecuperável.

ROC. n.º 15

RE: Solicitação de dispensa

José Luis Ramos

qui 12-02-2015 17:38

Para: Secretario do Conselho Científico <secretariocc@fd.ulisboa.pt>;

Cc: Presidente do Conselho Científico <presidentecc@fd.ulisboa.pt>; José Luís Bonifácio Ramos

Exma. Senhora Professora Doutora Miriam Afonso Brigas

Ilustre Secretária do Conselho Científico:

Agradeço a sua mensagem.

Devo ainda agradecer, de modo muito especial, o apoio manifestado, de modo expresso, pelo senhor Presidente do Conselho Científico, Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos.

No entanto, tendo em conta a factualidade que me foi descrita, designadamente a tentativa de ultrapassagem da posição do Professor Decano do meu Grupo, procurando uma decisão *ad hominem*, quando nunca vi isso suceder, em casos semelhantes;

Tendo ainda em conta que o meu pedido, a aguardar deferimento desde 26 de Novembro de 2014, era legalmente motivado e devidamente fundamentado, ao contrário do uso reiterado de casos semelhantes, nesta Faculdade, manifesto, em consciência, firme intenção de assumir o serviço docente no segundo semestre, com inerente retirada do anterior pedido de prorrogação de dispensa.

Agradeço a leitura do presente texto, no próximo Conselho Científico.

Cordiais saudações

José Luís Bonifácio Ramos

FORMAÇÃO AVANÇADA EM LEGÍSTICA

MÓDULO I - O sistema das fontes de Direito em Timor-Leste: articulação entre as normas da RDTL, da UNTAET e das leis indonésias; Direito escrito e costume; a Constituição; as convenções internacionais; as leis; os regulamentos.

MÓDULO II - O sistema timorense dos actos legislativos: conceito de lei; a reserva de lei e as áreas reservadas à Administração; as leis parlamentares; a reserva de lei parlamentar; as leis de valor reforçado; o decreto-lei; a reserva de decreto-lei.

MÓDULO III - O procedimento legislativo parlamentar: fontes e fases do procedimento legislativo parlamentar; os procedimentos específicos de formação de certos tipos de leis parlamentares.

MÓDULO IV - O procedimento legislativo governamental: fontes e fases do procedimento legislativo governamental.

MÓDULO V - A aplicação e as vicissitudes da lei: a aplicação da lei no tempo e no espaço; a execução administrativa das leis; a revogação, caducidade e suspensão das leis; a declaração jurisdicional de inconstitucionalidade das leis; a cessação parlamentar da vigência dos decretos-leis.

MÓDULO VI – A Legística como disciplina autónoma. Legística e Direito Público. Modelos de apreciação e concretização da temática da construção normativa. Ciência da Legislação.

MÓDULO VII – Legística Material: processos de concepção dos atos normativos. Consultas e processos de elaboração de atos normativos.

MÓDULO VIII – Legística Formal: a escrita normativa.

MÓDULO IX- A avaliação de impacte da atividade normativa.

MÓDULO X- Exercício prático de elaboração de um texto normativo.

ACTIVIDADES JÁ PROGRAMADAS NA COOPERAÇÃO COM TIMOR-LESTE PARA O ANO DE 2015

I) No âmbito do **Protocolo** firmado com a **Secretaria de Estado do Conselho de Ministros de Timor-Leste**

a) Participação em Conferência Internacional a decorrer em Díli, entre 17 e 19 de Fevereiro, sobre o tema “A Política Jurídica Nacional – Que Rumos a Tomar”, sendo a delegação da FDUL composta pelos seguintes professores:

- Prof. Doutor José Duarte Nogueira,
- Prof.ª Doutora Rute Saraiva,
- Prof. Doutor Rui Fonseca,
- Prof. Doutor Jaime Valle,
- Prof. Doutor João Espírito Santo Noronha,

que apresentarão comunicações durante os 3 dias da Conferência.

b) Realização de Formação Avançada em Legística, em Abril, com o programa anexo, e com a participação dos seguintes professores:

- Prof. Doutor David Duarte, 1.ª semana, regência dos Módulos I a V;
- Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro, 2.ª semana, regência dos Módulos VI a X.

II) No âmbito do **II Mestrado em Direito na Universidade Nacional de Timor-Leste**, com a participação dos seguintes professores:

- Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira, regência de Direito dos Contratos (Abril);
- Prof. Doutor Jaime Valle, regência de Direito Administrativo (Maio).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

***DIPLOMA IN EUROPEAN, INTERNATIONAL AND COMPARATIVE
LAW***

**I Post-Graduate Course in cooperation between
the Indian Society of International Law
and
the Faculty of Law of the University of Lisbon**

New Delhi - 2015

Program:

East-West Relations in a Historical Perspective

Prof. Dr. António Pedro Barbas Homem

1 to 5 June 2015

Contracts in the Civil and Common Law Traditions: a Comparative Perspective

Prof. Dr. Dário Moura Vicente

8 to 12 June 2015

International Economic Law in a Changing World

Prof. Dr. Nuno Cunha Rodrigues

15 to 19 June 2015

European Integration, Globalization and Fundamental Rights

Prof. Dr. Fausto de Quadros

22 to 26 June 2015



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

DIPLOMA DE DIREITO CIVIL

VIII Curso Pós-Graduação
Em Cooperação entre o V. M. Salgãocar College of Law, de Panjim, Goa,
E a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Goa - 2015

Programa:

I - A origem histórica dos sistemas jurídicos romano-germânicos

Prof^ª. Doutora Sílvia Alves

12 a 16 de janeiro de 2015

II – Direito da família nos sistemas de Direito civil

Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro

26 a 30 de janeiro de 2015

III – Contratos nos sistemas jurídicos romano-germânicos e de common law de direito comparado

Prof. Doutor Dário Moura Vicente

2 a 6 de fevereiro de 2015

IV - Os fundamentos económicos dos sistemas jurídicos romano-germânicos

Prof. Doutor Luis Morais

9 a 13 de fevereiro de 2015

V – Integração europeia, globalização e direitos fundamentais

Prof. Doutor Fausto de Quadros

23 a 27 de fevereiro de 2015